

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. -**

**TAESA**

**CNPJ nº 07.859.971/0001-30**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# **Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

## Índice

Relatório da administração regulatório.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	13
Demonstrações Contábeis Regulatórias:	
Balço patrimonial .....	16
Demonstração do resultado .....	17
Demonstração do resultado abrangente .....	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	19
Demonstração do fluxo de caixa .....	20
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias...	21

**TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**CNPJ Nº 07.859.971/0001-30**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO**

*(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)*

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Este ano de 2022 representou um importante marco para a Taesa. A Companhia atingiu no ano que passou um EBITDA regulatório, na visão de consolidação proporcional, de R\$2,5 bilhões – o maior volume já registrado pela Taesa em sua história – com uma margem EBITDA de quase 86%. Este sólido desempenho é consequência do sucesso na execução do seu planejamento estratégico baseado nos pilares de crescimento sustentável, competitividade, gestão regulatória, sustentabilidade e governança. Com isso o lucro líquido regulatório mais que dobrou na comparação anual, atingindo em 2022 a marca de R\$1,0 bilhão.

A Companhia apresentou uma receita operacional líquida regulatória consolidada de R\$2,2 bilhões no ano, 21,3% maior que a registrada em 2021. O EBITDA regulatório consolidado totalizou R\$1,9 bilhão em 2022, apresentando um crescimento de 24,2% contra 2021. Assim, a margem EBITDA ficou em 84,5% no acumulado do ano, 2,0 pontos percentuais maior que o ano anterior.

Um dos grandes impulsionadores deste resultado foi a entrada em operação em 2022 dos projetos Sant'Ana (55% entregue), ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (90% entregue), e ainda o impacto de Janaúba que, apesar de ter sido entregue de forma antecipada em 2021, afetou positivamente a comparação entre 2022 e 2021. A RAP de todos estes projetos soma mais de R\$680 milhões, considerando a participação proporcional da Taesa nessas concessões no ciclo RAP 2022-2023, com adição do PIS/COFINS.

No resultado em IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$1,5 bilhão no ano, uma redução de 34,5% na comparação com 2021, explicada principalmente pelo menor IGP-M e IPCA registrado entre os períodos comparados, afetando negativamente a receita de correção monetária, e pela redução da margem de implementação de infraestrutura, principalmente em função da entrada em operação dos diversos empreendimentos que estavam em construção.

A Taesa encerrou o ano com um caixa de R\$1,5 bilhão e uma dívida líquida de R\$9,1 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, com um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, um importante melhora quando comparado ao nível de 4,2x reportado doze meses antes.

Do ponto de vista operacional, a Companhia atingiu 99,95% de índice de disponibilidade das linhas em 2022, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de suas linhas de transmissão. Já a parcela variável contábil totalizou R\$60,2 milhões no acumulado do ano, influenciada por eventos ocorridos em outros anos e que estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais por serem considerados externos e alheios à Taesa.

Nos últimos três leilões de transmissão realizados pela ANEEL, a Taesa foi uma das grandes vencedoras e arrematou quatro lotes que juntos somam quase R\$450 milhões de RAP. Ananái refere-se ao maior lote do leilão 02/2021, situado entre São Paulo e Paraná, com R\$1,75 bilhão de investimentos e uma RAP de R\$160 milhões; e Pitiguari é o lote 10 arrematado no leilão 01/2022, situado em Santa Catarina, com uma RAP de quase R\$20 milhões e investimentos de R\$243 milhões. Os lotes arrematados no último leilão 02/2022 do final do ano chamam-se Tangará (lote 3) e Saíra (lote 5) e juntos somam R\$2,3 bilhões em investimentos e uma RAP total de R\$261 milhões. A assinatura do contrato destas concessões está prevista para 30 de março de 2023. Adicionalmente, a ANEEL autorizou em outubro de 2022 a implantação de reforços de grande porte na concessão Novatrans, compreendendo um investimento de cerca de R\$263 milhões e uma RAP de R\$45 milhões após sua energização, com prazo regulatório de 30 meses para conclusão da obra.

O ano de 2022 foi afetado também pela entrada no novo ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) 2022-2023 que se iniciou em 1º de julho. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%. Assim, a RAP das 43 concessionárias do grupo Taesa no novo ciclo 2022-2023 totalizou R\$ 4,1 bilhões, mais de 15% acima da RAP total do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.

Em termos de pagamento de proventos, a Taesa manteve um adequado nível de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, totalizando o montante de quase R\$1,7 bilhão em 2022, o equivalente a R\$4,85 por Unit e 7,8% maior que o montante pago em 2021. Com isso, o dividend yield da TAEE11 ficou em 14,0% no fechamento de 2022.

A Taesa manteve foco total na agenda de Sustentabilidade, uma vez que este tema está conectado a sua missão, visão e todos os seus valores, sendo também um pilar fundamental do Planejamento Estratégico da Companhia. Na frente de Gente, a Taesa foi certificada pelo selo Great Place to Work em seu 4º ano consecutivo, estando entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro e em 1º lugar no Destaque GPTW Energia pelo 2º ano consecutivo. Além disso, a Companhia recebeu a certificação FIA Employee Experience de Clima Organizacional 2022 que há mais de 30 anos analisa o ambiente de trabalho das organizações brasileiras, com uma metodologia que avalia diversos temas como carreira, comunicação interna, educação corporativa, ESG, liderança, qualidade de vida, reconhecimento e recompensa e relações interpessoais.

Na frente de segurança, a Taesa atuou em diversas ações, entre elas a inclusão de requisitos objetivos de segurança no processo de contratação de EPCistas, e a compra e utilização de câmeras de segurança no exercício das atividades das equipes de campo a fim de garantir o cumprimento às normas de segurança e conseqüentemente a proteção e segurança dos técnicos. Foram realizadas também uma série de fóruns aos colaboradores visando principalmente a conscientização de todos sobre segurança e saúde. Como resultado de todos os esforços, a taxa de frequência de acidentes reduziu significativamente entre 2021 e 2022 em todas as concessões em que a Companhia tem participação.

Uma outra frente de sustentabilidade importante a destacar foi a aprovação do plano de ação da Matriz de Materialidade. Após avaliação da matriz junto aos stakeholders, seis tópicos materiais foram priorizados para serem trabalhados de agora em diante: Ética, transparência e integridade; Mitigação e adaptação às mudanças climáticas; Meio ambiente e biodiversidade; Relacionamento com comunidades locais; Gestão, desenvolvimento de pessoas, diversidade e inclusão; e Saúde, segurança e qualidade de vida. A fim de criar um vínculo com a agenda global, conectamos estes tópicos materiais com alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), Vida Terrestre (ODS 15), e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16).

Em 2022, a partir de um trabalho colaborativo e integrado com todos os colaboradores, a Companhia definiu sua Missão, Visão e Valores, aderentes ao nosso planejamento

estratégico e conectados com a Política do Sistema de Gestão Integrado Taesa. Esta política tem por objetivo disseminar a cultura de segurança para evitar acidentes, minimizar os impactos ambientais decorrentes de nossas atividades, manter níveis adequados de confiabilidade e de disponibilidade dos ativos de transmissão, ser cada vez mais eficiente, aumentar a rentabilidade dos nossos ativos, e implantar, certificar e manter o sistema de gestão integrado da Companhia.

Na frente de diversidade e inclusão, foram definidas metas de diversidade no processo admissional e promoção de debates e fóruns de conscientização entre os colaboradores. As mulheres representam atualmente mais de 20% do quadro e da liderança da Taesa, um número importante visto que o setor elétrico hoje é composto majoritariamente por homens. A Taesa tem oferecido cursos para formação de eletricitas mulheres, onde mais de 120 mulheres já participaram, inclusive algumas delas foram contratadas pela Companhia. Além disso, houve um aumento de 11% de colaboradores negros no quadro, que hoje representam 45% da empresa.

A Taesa se manteve pelo segundo ano consecutivo nos índices de Sustentabilidade da B3, ICO2 e IGPTW, o que confirma o reconhecimento pelo mercado sobre o empenho da Companhia diante das relevantes pautas sobre mudanças climáticas e clima organizacional. Por fim, destacamos a emissão de mais uma debênture verde de infraestrutura em 2022 – a 12ª emissão de debêntures da Taesa no montante de R\$1,25 bilhão – que foi a maior emissão ICVM 400 “verde” no ano que passou e contou com a participação maciça de investidores pessoa física (mais de 17.500 CPFs) e um custo muito competitivo – menor prêmio acima dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) nos últimos 2 anos no setor elétrico.

Diante das grandes realizações e importantes conquistas do ano que passou, a TAESA reforça seu posicionamento estratégico como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do País e seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

## A COMPANHIA

A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é realizar serviços de operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida-RAP 5,60% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil. Detém as concessões de linhas de transmissão da Rede Básica que compreendem 35 subestações (não foram consideradas as subestações que se repetem entre as concessões) e 5.310 km de linhas de transmissão, para níveis de tensão entre 230 e 525kV, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em Operação – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
<b>Taesa</b>						
Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (“TSN”)	Simple e Duplo	500/230	1.139	2.400	04/03/2003	20/12/2030
Novatrans Energia S.A. (“NVT”)	Simple	500	1.278	-	03/06/2003	20/12/2030
Munirah Transmissora de Energia S.A. (“Munirah”)	Simple	500	106	-	30/10/2005	18/02/2034
Goiânia Transmissora de Energia (“Gtesa”)	Simple	230	52	-	26/08/2003	21/01/2032
Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. (“Patesa”)	Simple	230	146	-	01/09/2004	11/12/2032
Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. (“ETEO”)	Simple	440	505	-	19/10/2001	12/05/2030
Sul Transmissora de Energia S.A. (“STE”)	Simple	230	393	-	27/06/2004	19/12/2032

Linhas de Transmissão em Operação – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	Simplex	525	370	1.500	08/10/2005	18/02/2034
ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	Simplex	500	942	-	11/12/2006	15/03/2035
Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	Simplex	500/230	383	1.200	25/01/2004	21/01/2032

Linhas de Transmissão em Operação – Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil) (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
<b>Taesa</b>					
TSN	100%	452.701	Jun-18	Julho	IGP-M
Gtesa	100%	7.786	Ago-18	Julho	IGP-M
Munirah	100%	28.792	Out-20	Julho	IGP-M
Patesa	100%	23.201	Set-19	Julho	IGP-M
ETEO	100%	139.563	Out-16	Julho	IGP-M
Novatrans	100%	466.338	Jun-18	Julho	IGP-M
STE	100%	67.761	Jul-19	Julho	IGP-M
NTE	100%	122.053	Jan-19	Julho	IGP-M
ATE	100%	117.375	Dez-20	Julho	IGP-M
ATE II	100%	258.467	Jan-22	Julho	IGP-M

(\*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 3.067 de 12 de julho de 2022.

Considerando as linhas em operação e a entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP autorizados pela ANEEL, a RAP esperada, sem considerar novos projetos é de R\$1.834.320 para 2023, representando um acréscimo de 8,19% em relação a 2022, conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - R\$mil em moeda constante de 31/12/2022							
Linha de Transmissão - RAP Proporcional em moeda constante	2021 (*)	2022 (*)	2023	2024	2025	2026	2027
TSN	321.922	452.701	506.200	506.200	506.200	506.200	506.200
Munirah	29.407	28.792	33.087	33.087	33.087	33.087	33.087
Gtesa	5.832	7.786	8.918	8.918	8.918	8.918	8.918
Patesa	17.337	23.201	26.748	26.748	26.748	26.748	26.748
Novatrans	351.274	466.338	535.401	535.401	560.190	576.270	576.270
ETEO	104.376	139.563	159.885	159.885	159.885	159.885	159.885
NTE	91.691	122.053	139.874	139.874	139.874	139.874	139.874
STE	50.420	67.761	77.165	77.165	77.165	77.165	77.165
ATE	113.456	117.375	135.261	135.261	135.261	135.261	135.261
ATE II	272.951	258.467	211.782	211.782	211.782	211.782	211.782
	<b>1.358.666</b>	<b>1.684.037</b>	<b>1.834.320</b>	<b>1.834.320</b>	<b>1.859.110</b>	<b>1.875.190</b>	<b>1.875.190</b>

(\*) RAP realizadas.

## CÓDIGOS E POLÍTICAS

Os códigos e políticas corporativas adotados pela Taesa expressam seus valores e sua cultura organizacional, balizando a condução dos negócios, bem como a relação com os diferentes públicos com os quais a Companhia interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com os cenários externo e interno.

A Taesa dispõe de um canal de denúncias externo, operado por uma empresa independente, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, com a opção de anonimato e a garantia da confidencialidade das informações e da não retaliação ao denunciante de boa-fé, possibilitando a todos os empregados e público externo a realização de denúncias relacionadas aos temas tratados no Código de Conduta Ética e Compliance e demais políticas

do Programa de Integridade. O canal está divulgado na intranet, no site institucional e no de relação com investidores e as denúncias realizadas são apuradas e respondidas pela Comissão de Ética da Taesa em até 30 dias.

## **SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO**

As empresas do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.

## **SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA**

A sustentabilidade é considerada um valor para a TAESA sendo um dos pilares estratégicos e que está integrada na estratégia e decisões de negócios. Desta forma, a TAESA garante rentabilidade através do crescimento sustentável, com disciplina financeira e eficiência operacional e reforça o valor partilhado com a sociedade, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, atento às necessidades das gerações futuras.

Em linha com o nosso objetivo de ser uma empresa referência em sustentabilidade no setor de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil, temos trabalhado desde 2019 com temas de Sustentabilidade (ESG), com o objetivo de criar iniciativas de melhoria contínua e inovação, além de aprimorar os balanços socioambientais. Tornamo-nos signatários do Pacto Global, contribuindo para a agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2021 realizamos o processo de consulta a todas as partes interessadas para a elaboração da matriz de materialidade, conforme a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), em que identificamos os 6 temas de sustentabilidade prioritários para focar na melhoria contínua de nossa gestão, desempenho e comunicação de progresso.

### Destaques e compromissos ESG:

- Metas de redução no consumo de combustíveis fósseis na frota: Alinhada a agenda do Clima e considerando os resultados observados no Inventário de Emissões de Gases de efeito estufa (GEE), desde de 2020 foi apresentada e aprovada pela Diretoria a proposta pela redução do consumo de gasolina na frota flex da Companhia, substituindo-a por etanol. Esse compromisso tem sido renovado e ampliado com objetivo de otimizar o consumo de recursos naturais (ecoeficiência) e atuar de forma responsável, reduzindo o volume de emissões que contribuam para as mudanças climáticas.
- Inventário de Gases de Efeito Estufa: Elaboração do Inventário conforme *Greenhouse Gas Protocol – GHG Protocol*, identificando as fontes de emissão, contabilizando consumos e emissões. O inventário é uma ferramenta fundamental por nos permitir identificar quais processos e insumos podemos trabalhar a redução/mitigação das emissões, identificar necessidades de adaptação ao cenário climático atual e projetado, e avaliar medidas de compensação.
- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas práticas da *Global Reporting Initiative*: A partir do ano base 2020, a TAESA passou a publicar seu relatório de Sustentabilidade de acordo com o GRI, fato que robustece seu padrão de reporte o que aprimora a análise de stakeholders acerca de suas atividades e iniciativas socioambientais.
- Criação do Programa de Diversidade: Idealizado ao longo de 2020, o Programa de Diversidade e Inclusão teve início em 2021, pautado nos princípios éticos da empresa. O

objetivo maior da iniciativa é estabelecer diretrizes para o respeito e valorização das diferenças, sejam elas culturais, sociais, religiosas, étnicas etc. A combinação de diferentes perspectivas colabora para a resolução de problemas, promove a inovação, aumenta o engajamento e contribui para a sustentabilidade e para a sociedade como um todo. Em 2021, foi aprovada a Política de Diversidade, a qual aplica-se a todos os empregados da TAESA e demais controladas. Em 2022 passaram a acontecer os encontros bimestrais dos grupos de afinidades, para a discussão de temas, ampliação e disseminação de cultura de respeito e valorização das diferenças.

- Certificação *Great Place to Work*: A Companhia tem a convicção de que as pessoas são o maior patrimônio da TAESA. A Companhia foi reconhecida com a premiação em 1º Lugar no Destaque GPTW Energia 2021 – Corte: Geração, Distribuição e Transmissão de energia elétrica. Anualmente, a Companhia aplica a pesquisa de clima organizacional em parceria com a GPTW para medir o nível de engajamento e satisfação das equipes. Em 2022, conquistamos a certificação de “Melhor Empresa para Trabalhar” pelo 4º ano consecutivo, reafirmando a sua posição como uma referência no setor.
- Assinatura do Pacto Global da ONU, comprometendo-se com a Agenda 2030 referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desde 2019, a TAESA é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa que promove o diálogo entre empresas, corporações e órgãos da ONU sobre políticas de responsabilidade social e ambiental. Atualmente, o Pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros espalhados por 160 países. A ideia central do Pacto Global é fomentar a dimensão social da globalização. Para tal, a iniciativa busca o engajamento da comunidade empresarial internacional em dez princípios relacionados a Direitos Humanos, trabalho decente, meio ambiente e combate à corrupção.
- Igualdade de Gênero: um compromisso de todos nós: Desde 2021, a TAESA aderiu o “Women’s Empowerment Principles (WEP’s), conhecidos como os 7 princípios do empoderamento feminino, uma iniciativa do pacto ONU mulheres. Tornar-se signatária do movimento reforça a importância e o compromisso da TAESA em apoiar e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no local de trabalho, mercado e comunidade. Os 7 princípios são: Liderança corporativa de alto nível; tratar todas as mulheres e homens no trabalho com justiça e sem discriminação; Saúde e bem estar e segurança do funcionário; Educação e treinamento para progressão na carreira; Desenvolvimento empresarial, Cadeia de suprimentos e práticas de marketing; Iniciativas comunitárias e defesa; Medição e relatórios.

Como resultado dos avanços na agenda de sustentabilidade e alinhadas ao planejamento estratégico da companhia, pelo segundo ano consecutivo, a TAESA passou a integrar as carteiras do Índice Carbono Eficiente (“ICO2”), demonstrando o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono e, do índice IGPTW (“IGPTW”) que acompanha as empresas certificadas ou ranqueadas pelo Great Place to Work, ambas da B3, para o ano de 2023.

#### Inovação através do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação – P,D&I do segmento elétrico:

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (“P,D&I”) da Taesa, regulado pela ANEEL, tem como objetivo desenvolver soluções que contribuam com o aprimoramento tecnológico nacional, por meio de relevantes ganhos técnico-científicos que, por sua vez, aperfeiçoam a segurança, qualidade e eficiência da prestação de serviço de transmissão de energia elétrica. O Programa fomenta a busca por inovação pelas empresas de energia elétrica e incentiva o contínuo levantamento de oportunidades frente aos desafios tecnológicos do setor.

Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um



percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação:

- PD-07130-0051/2020 - Sistema Suporte e Espaçador – Dispositivo de suporte e amortecimento mecânico para cabos condutores em Linhas de Transmissão (“LTs”) sujeitas à sobrecarga de operação, cujo resultado esperado é o desenvolvimento de solução para repotencialização de Linhas de Transmissão, postergando a necessidade de construção de linhas paralelas ou a construção de novas linhas, isso inclui: o desenvolvimento da especificação detalhada, desenhos vetoriais detalhados e modelagens computacionais físicas (dilatação, frequência de vibração etc.), ambientais (temperatura, vento etc.), mecânicas (limiar de rompimento, forças, cargas, pontos de desgaste etc.), elétricas e eletromagnéticas. Com investimentos até 31/12/2022 de R\$1.540.
- PD-04835-0058/2018 - Nova Metodologia para Aferição do Desempenho de Linhas de Transmissão frente a Descargas Atmosféricas, baseada na medição da Impedância Impulsiva de Pé de Torre e sua Aplicação a uma Linha Real, cujo o resultado esperado é uma nova metodologia de medição da impedância de pé de torre de linha de transmissão (usando uma linha real como referência: LT 230 kV Cuiabá – Rondonópolis), baseada na aplicação de novo medidor já desenvolvido pela equipe de pesquisa, o qual imprime sinais impulsivos de corrente ao aterramento da torre, sem necessidade de desconexão dos cabos de blindagem. Com investimentos até 31/12/2022 de R\$302.

A lista contendo todos os projetos em andamento, finalizados e aprovados pela ANEEL encontra-se disponível no site institucional da Companhia <https://institucional.taesa.com.br/pesquisa-e-desenvolvimento>

#### Responsabilidade Corporativa

- Gestão de pessoas

A TAESA possui uma Política de Recursos Humanos aplicada a toda a empresa. O processo de desenvolvimento dos colaboradores deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno desse tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados.

A Companhia assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado e benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador. Atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

Atração e Retenção de Talentos - As pessoas são elementos impulsionadores da organização, indispensáveis à sua constante renovação em um ambiente de mudanças e desafios. A Taesa adota a prática do Recrutamento Interno, que visa disponibilizar as oportunidades aos seus colaboradores antes de buscar novos profissionais no mercado, o que promove reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento, propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

Capacitação - A Política de treinamento e Desenvolvimento da Taesa tem por objetivo geral promover e prover ações e estratégias de aprendizagem, que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valoração do indivíduo e

respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários à estratégia e manutenção do negócio.

Remuneração - A política de remuneração tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como do seu pacote de benefícios. Os colaboradores possuem uma remuneração variável, observada e alinhada aos resultados das metas Globais, por Diretoria e por Gerência, em conjunto com o atendimento das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de comunicação - A Companhia acredita que a comunicação integrada é um importante pilar em sua estrutura. Com objetivo de fortalecer cada vez mais o vínculo entre seus colaboradores, busca manter atualizados os processos de comunicação, agregando tecnologia e inovação, através de mecanismos e canais de diálogo estruturados, que possibilitam o levantamento de necessidades e expectativas, além da troca de informações em todos os níveis, de forma transparente, eficaz, ágil e objetiva, alinhada com as melhores práticas e estratégias do negócio.

Saúde e Segurança do Trabalho - A Companhia nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, considera a Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde um valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A Companhia adota os seguintes princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde:

- Prevenção de riscos do trabalho;
- Proteção à saúde e ao meio ambiente;
- Atendimento aos três pilares da sustentabilidade: econômico; social e ambiental;
- Cumprir com as obrigações da Companhia com segurança, continuidade e qualidade;
- Realizar ações respeitando o ambiente e o interesse das partes;
- Minimizar, na medida do possível, o impacto gerado pelas obras e para o convívio da linha de transmissão com o meio socioambiental na operação das linhas de transmissão.

### Responsabilidade Social

Em 2022 a Taesa e suas investidas ATE III e Brasnorte investiram R\$1.418 em projetos que contribuem para o desenvolvimento social e a valorização da cidadania:

- Lei Rouanet e Audiovisual – “Plano Plurianual de Atividades e Manutenção do Instituto Inhotim 2021/2024” e “Itinerância Nacional Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental”.
- Lei do Esporte – “Craques da Rocinha”.
- FIA – “Formação de Adolescentes Empresários Rurais da Agricultura Familiar”, “Estimulação Essencial”, “Atleta cidadão”
- Lei do Idoso – “Projeto Direito à Segurança Alimentar e Nutricional Para Agricultores e Agricultoras Familiares Idosos da Microrregião do Sertão do Moxotó Pernambucano”.

### Governança Corporativa

A TAESA é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), que confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (*Tag Along*) e está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, assessorado por 4 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos e Comitê de Implantação e Novos Negócios), Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

Conselho de Administração (CA) - Composto por 13 membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, o CA deverá ter no mínimo 20% de conselheiros independentes, identificados como tal na ata que os eleger. Cabe à acionista ISA indicar 4 membros e à acionista CEMIG indicar 5 membros, os demais são eleitos em conformidade com o item 5.3 do Regulamento Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Além das competências descritas em lei e no Estatuto Social da Companhia, o CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, e (iii) por deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração – A Companhia possui 4 Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração com funções técnicas e consultivas, informados acima. Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por 6 membros, majoritariamente também membros do CA, para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal é permanente e composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, com igual número de suplentes. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva é formada por 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Implantação e um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração executiva diária dos negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os itens destacados em Sustentabilidade, Inovação e Responsabilidade corporativa não fazem parte do escopo do auditor independente.

## **DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS**

### Participação nos Leilões de Transmissão e Aquisição de Ativos

Em 2022 a Taesa sagrou-se vencedora no Lote 10 do Leilão 001/2022 e nos Lotes 03 e 05 do Leilão 002/2022 organizado pela ANEEL, o que garantiu à Taesa um incremento de 1.115 Km de linhas de transmissão e R\$262.399 de RAP ao seu portfólio. Além dos leilões, a Taesa atuou também na análise de oportunidades no mercado secundário sem, no entanto, ter concluído operação em 2022.

## **DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO**

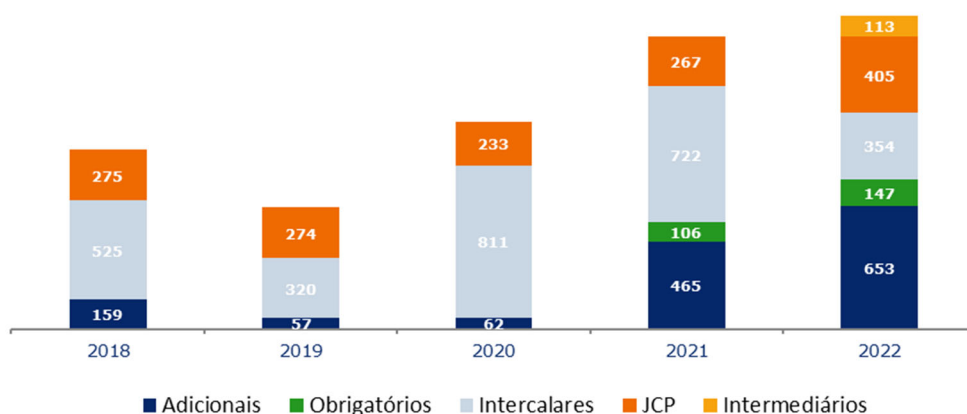
### Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos

De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal.

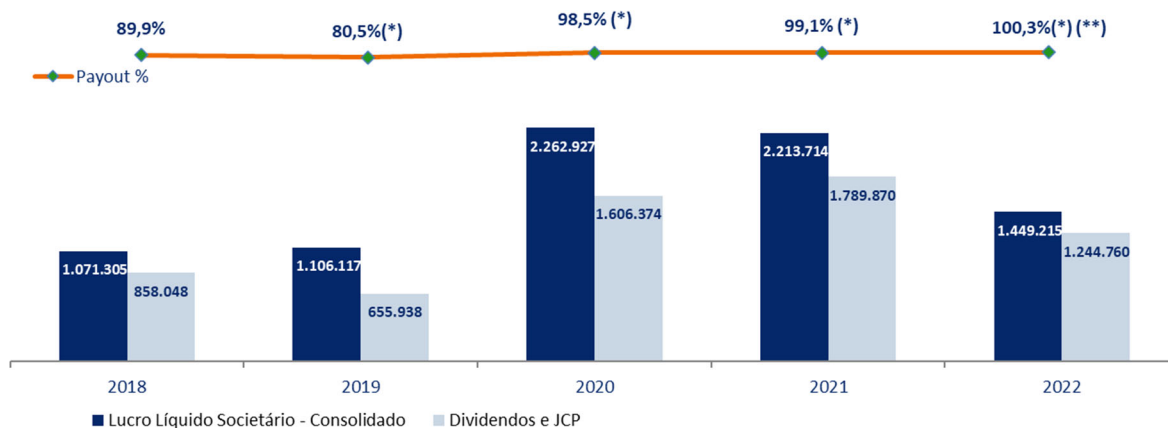
No exercício de 2022, foram aprovados pagamentos no montante de R\$1.672.404 a título de dividendos e JCP, sendo:

- R\$653.282 - dividendos adicionais de 2021;
- R\$147.011 - dividendos obrigatórios remanescentes de 2021;
- R\$353.958 - dividendos intercalares de 2022;
- R\$113.400 - dividendos intermediários; e
- R\$404.753 - JCP de 2022.

Série histórica de dividendos e JCP pagos (R\$ MM)



Dividendos e JCP Distribuídos - Payout



(\*) Para o cálculo do Payout os lucros líquidos foram ajustados excluindo os impactos do CPC 47. Os impactos foram de R\$207.632, R\$408.098, R\$631.470, R\$291.323 e R\$116.924 nos exercícios de 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Assim como os impactos do CPC 47 apurados no exercício de 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, a proposta da Administração é destinar os impactos apurados no exercício de 2022 para as Reservas de lucros e pagar dividendos aos acionistas em períodos futuros a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia.

(\*\*) Para o cálculo do payout de 2022 foi excluído o valor de R\$3.177 referente a reversão de incentivo fiscal.

### EBITDA ajustado x EBITDA padrão

	2022	2021	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	2.616.517	3.472.049	(855.532)	-24,64%
EBITDA	1.901.379	2.676.467	(775.088)	-28,96%
<b>Margem EBITDA - Ajustado</b>	<b>72,67%</b>	<b>77,09%</b>	<b>-4,42pp</b>	
<i>Reconciliação do EBITDA - ajustado</i>				
Lucro do exercício	1.449.215	2.213.714	(764.499)	-34,53%
Equivalência Patrimonial	(564.887)	(781.438)	216.551	-27,71%
Resultado financeiro	737.557	810.109	(72.552)	-8,96%

	2022	2021	Var	Var (%)
Imposto de renda e contribuição social	254.516	411.430	(156.914)	-38,14%
Depreciação	24.978	22.652	2.326	10,27%
<b>EBITDA - Ajustado</b>	<b>1.901.379</b>	<b>2.676.467</b>	<b>(775.088)</b>	<b>-28,96%</b>

	2022	2021	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	2.616.517	3.472.049	(855.532)	-24,64%
EBITDA	2.466.266	3.457.905	(991.639)	-28,68%
<b>Margem EBITDA - padrão</b>	<b>94,26%</b>	<b>90,14%</b>	<b>4,12pp</b>	

#### Reconciliação do EBITDA

	2022	2021	Var	Var (%)
Lucro do exercício	1.449.215	2.213.714	(764.499)	-34,53%
Resultado financeiro	737.557	810.109	(72.552)	-8,96%
Imposto de renda e contribuição social	254.516	411.430	(156.914)	-38,14%
Depreciação	24.978	22.652	2.326	10,27%
<b>EBITDA padrão</b>	<b>2.466.266</b>	<b>3.457.905</b>	<b>(991.639)</b>	<b>-28,68%</b>

EBITDA padrão - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Resolução CVM nº 156 de 24 de junho de 2022, estabelece a divulgação voluntária do cálculo do EBITDA padrão.

EBITDA ajustado - É o EBITDA padrão somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

### Endividamento

	2022	2021
Circulante	634.734	949.513
Não circulante (inclui os instrumentos financeiros derivativos)	7.560.266	5.665.995
Dívida bruta	8.195.000	6.615.508
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(1.093.471)	(394.772)
Dívida líquida	7.101.529	6.220.736
<b>Dívida líquida/EBITDA padrão</b>	<b>2,88</b>	<b>1,80</b>
<b>Dívida líquida/EBITDA ajustado</b>	<b>3,73</b>	<b>2,32</b>

Dívida Líquida - Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

### **GESTÃO TÉCNICA**

Manutenções especializadas em todos os ativos de transmissão, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo em seus processos operacionais, que tem investido de forma contínua na capacitação de suas equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados das intervenções nas instalações. Destacam-se, ainda, os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de desligamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade das subestações e linhas de transmissão.

Os planos de manutenção em dia, cooperam para a disponibilidade operacional das linhas de transmissão nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. Sistemáticamente são desenvolvidos estudos e propostas para a implantação de novos equipamentos e sistemas nas subestações, denominados como "Reforços" e "Melhorias". As Melhorias têm como objetivo manter a qualidade na prestação dos serviços da Companhia, e os Reforços, após aprovados pela ANEEL, garantem à Companhia uma receita adicional

para fazer frente aos investimentos necessários para a ampliação da capacidade de transmissão das instalações, ou aumento da confiabilidade do sistema.

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

### **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por três anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. O valor referente aos serviços de auditoria independente para o exercício de 2022 foi de R\$1.615.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

#### *Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

## Outros assuntos

### *Demonstrações financeiras societárias*

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separadamente, sem modificação, com data de 15 de março de 2023.

### *Informações Comparativas – Valores Correspondentes*

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 29 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, contendo parágrafo de ênfase sobre a base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

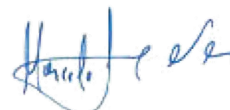
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº MG 089422/O-0

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativo</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	759.628	179.771
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	131.587	148.628
Impostos e contribuições sociais correntes	8	224.266	144.943
Dividendos a receber	14	227.643	446.545
Outras contas a receber e outros ativos		41.258	39.571
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.384.382</b>	<b>959.458</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	5.508	4.906
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	27.181	20.040
Outras contas a receber		24.754	24.224
Depósitos judiciais		41.405	45.660
Instrumentos financeiros derivativos	17	1.149	207.267
Investimentos	10	4.083.772	3.647.541
Imobilizado		3.114.420	3.100.405
Intangível		225.848	189.568
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>7.524.037</b>	<b>7.239.611</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>8.908.419</b>	<b>8.199.069</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		72.161	43.702
Empréstimos e financiamentos	12	6.446	6.896
Debêntures	12	607.452	806.472
Impostos e contribuições sociais correntes	8	18.027	37.646
Taxas regulamentares		52.800	44.208
Dividendos e JCP a pagar	14	26.105	147.048
Outras contas a pagar		70.741	56.617
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>853.732</b>	<b>1.142.589</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	12	372.293	562.825
Debêntures	12	6.100.129	4.361.201
Instrumentos financeiros derivativos	17	46.237	33.679
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	54.839	100.808
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	13	35.261	29.343
Obrigações especiais	7	20.236	10.954
Outras contas a pagar		7.387	24.192
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>6.636.382</b>	<b>5.123.002</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>7.490.114</b>	<b>6.265.591</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		3.042.035	3.042.035
Reserva de capital		594.507	594.507
Reserva de lucros		2.459.295	2.368.240
Dividendos adicionais propostos		460.000	653.282
Outros resultados abrangentes		10.410	22.463
Lucros e (prejuízos) acumulados		(5.147.942)	(4.747.049)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	14	<b>1.418.305</b>	<b>1.933.478</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>8.908.419</b>	<b>8.199.069</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Demonstração do resultado**  
**para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilização do sistema de transmissão		1.808.797	1.563.091
Parcela variável		(58.524)	(16.699)
Outras receitas operacionais		8.916	12.757
<b>Receita bruta</b>	19	<b>1.759.189</b>	<b>1.559.149</b>
PIS e COFINS - Corrente		(87.519)	(80.650)
ISS		(446)	(638)
ICMS		(35)	(76)
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE		(73.699)	(58.910)
<b>Tributos e encargos</b>		<b>(161.699)</b>	<b>(140.274)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>1.597.490</b>	<b>1.418.875</b>
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal e administradores		(58.210)	(64.040)
Material		(5.541)	(3.543)
Serviços de terceiros		(34.875)	(32.468)
Depreciação e amortização		(170.252)	(169.735)
Outros custos operacionais		(12.843)	(22.766)
<b>Lucro Bruto</b>	20	<b>1.315.769</b>	<b>1.126.323</b>
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(111.803)	(99.074)
Serviços de terceiros		(32.513)	(35.131)
Depreciação e amortização		(11.652)	(11.039)
Outras despesas operacionais		(15.882)	(5.448)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições</b>	20	<b>1.143.919</b>	<b>975.631</b>
Resultado de equivalência patrimonial	10	521.954	261.755
Receitas financeiras		130.627	23.645
Despesas financeiras		(775.537)	(683.900)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	21	<b>(644.910)</b>	<b>(660.255)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>1.020.963</b>	<b>577.131</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.401)	(6.202)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39.760	(53.695)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	15	<b>27.359</b>	<b>(59.897)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1.048.322</b>	<b>517.234</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	18	1,01434	0,50047
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	18	1,01434	0,50047

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado abrangente  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.048.322</b>	<b>517.234</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	18	(12.053)	37.761
<b>Resultado abrangente total do período</b>		<b>1.036.269</b>	<b>554.995</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital, Transações de capital	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
				Legal	Incentivo fiscal	Reserva especial				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>3.042.035</b>	<b>594.507</b>	<b>433.057</b>	<b>315.053</b>	<b>1.196.286</b>	<b>456.035</b>	<b>(3.027.924)</b>	<b>(15.298)</b>	<b>2.993.751</b>
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	(456.035)	-	-	(456.035)
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	(22.646)	-	(22.646)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	(722.558)	-	(722.558)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	(267.019)	-	(267.019)
Ajuste de avaliação patrimonial	18	-	-	-	-	-	-	-	37.761	37.761
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	-	-	-	408.098	-	-	-	408.098
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	517.235	-	517.235
Destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva incentivo fiscal		-	-	-	15.746	-	-	(15.746)	-	-
Reserva especial		-	-	-	-	-	-	(408.098)	-	(408.098)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(147.011)	-	(147.011)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	653.282	(653.282)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>3.042.035</b>	<b>594.507</b>	<b>433.057</b>	<b>330.799</b>	<b>1.604.384</b>	<b>653.282</b>	<b>(4.747.049)</b>	<b>22.463</b>	<b>1.933.478</b>
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(113.400)	(653.282)	-	-	(766.682)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	(353.959)	-	(353.959)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	(404.753)	-	(404.753)
Ajuste de avaliação patrimonial	17	-	-	-	-	-	-	-	(12.053)	(12.053)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.048.322	-	1.048.322
Destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva incentivo fiscal		-	-	-	(3.177)	-	-	3.177	-	-
Reserva especial		-	-	-	-	207.632	-	(207.632)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(26.048)	-	(26.048)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	460.000	(460.000)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	14	<b>3.042.035</b>	<b>594.507</b>	<b>433.057</b>	<b>327.622</b>	<b>1.698.616</b>	<b>460.000</b>	<b>(5.147.942)</b>	<b>10.410</b>	<b>1.418.305</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Demonstração do fluxo de caixa  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado líquido do período		1.048.322	517.234
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	11	(521.954)	(261.755)
Depreciação e amortização		181.904	180.774
Provisão (reversão) de causas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, líquidas	14	9.486	(167)
Juros, variações monetárias e cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos.	12 e 22	(29.262)	66.217
Juros, variações monetárias e ajuste ao valor justo sobre debêntures	12 e 22	742.786	606.328
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 22	49.070	5.078
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	12.401	6.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(39.760)	53.695
Receita de aplicação financeira		(602)	(198)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(7.541)	(7.151)
Despesa de atualização monetária de contingências	14	3.496	8.342
Provisão de parcela variável	6	26.590	1.976
		<u>1.474.936</u>	<u>1.176.575</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias e ativo de contrato de concessão		(16.690)	5.664
(Aumento) redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(54.882)	6.674
Redução no saldo de outros créditos		9.579	21.796
Aumento no saldo de fornecedores		28.459	6.843
Aumento (redução) no saldo de taxas regulamentares		8.592	(11.465)
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(9.747)	10.616
Dividendos recebidos das controladas	12	286.943	237.484
Dividendos e recebidos de controladas em conjunto e coligadas	12	395.883	423.809
		<u>648.137</u>	<u>701.421</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b><u>2.123.073</u></b>	<b><u>1.877.996</u></b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(56.461)	(40.921)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b><u>2.066.612</u></b>	<b><u>1.837.075</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições no imobilizado e intangível		(222.918)	(64.243)
Aumento de capital nas controladas	11	(244.700)	(374.500)
Aumento de capital nas controladas em conjunto	11	(133.500)	(76.400)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b><u>(601.118)</u></b>	<b><u>(515.143)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos		362.600	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(517.157)	(456.490)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(7.163)	(18.668)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	12	1.999.496	739.539
Pagamento de debêntures - principal	12	(767.011)	(295.354)
Pagamento de debêntures - juros	12	(435.363)	(213.270)
Pagamento de dividendos e JCP	12	(1.672.384)	(1.551.506)
Recebimento (pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	18	151.345	(11.344)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b><u>(885.637)</u></b>	<b><u>(1.807.093)</u></b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>579.857</u></b>	<b><u>(485.161)</u></b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	179.771	664.932
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	759.628	179.771
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b><u>579.857</u></b>	<b><u>(485.161)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao  
exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares  
de reais)**

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, SIT e TNG.

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS, SAN, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, SIT e TNG), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE).

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos.

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica		Km (a) (não auditado)	SE (b)
	Contrato de concessão				Prazo (anos)	Próxima		
<b>Taesa</b>								
Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (c)	2024	1.139	8
Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (c)	2024	1.278	6
Munirah Transmissora de Energia S.A. ("MUN")	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (c)	2024	106	2
Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("GTE")	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (c)	2024	52	3
Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("PAT")	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (c)	2024	146	4
Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (c)	2024	505	3
Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (c)	2024	389	4
ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (c)	2024	370	3
ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (c)	2024	942	4
Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (c)	2024	383	4
<b>Controladas</b>								
ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5 (c)	2024	454	4
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	2023	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR")	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046 (d)	100%	MG	5	2024	82	2
Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR")	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	2026	90	3
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	2027	545	3
Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SAN") (e)	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	2024	591	5
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	2023	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	2024	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT")	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	2024	494	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	2023	28	2
Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT") (f)	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2022 31/03/2052	100%	SP e PR	5	2027	363	4
Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG") (g)	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	2027	93	3
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. (TNG) (h)	12/05/2021 (**)	(h)	100%	MA e PR	5	2028	279	4
Sairá Transmissora de Energia Elétrica S.A. (SIT) (h)	21/02/2022 (**)	(h)	100%	SC e RS	5	2028	743	4
<b>Controladas em conjunto</b>								
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (c)	2024	188	4
	18/11/2016 (**)	10/02/2017	50%	MG	5	2027	208	2



**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica		Km (a) (não auditado)	SE (b)
	Contrato de concessão				Prazo (anos)	Próxima		
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (i)	004/2017	10/02/2047						
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (j)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	MG e BA	5	2027	338	2
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (k)	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	2023	593	5
<b>Coligadas</b>								
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (c)	2024	927	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (c)	2024	328	2
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (c)	2024	253	2
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (c)	2024	459	3
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (c)	2024	155	3
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (c)	2024	230	4
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (c)	2024	40	2
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	2024	782	7
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	MG	5	2025	n/a	1
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	2027	n/a	2
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (l)	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	2027	237	2
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	2027	165	3
Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (c)	2024	139	2
Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	2024	140	2
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	2024	61	2
<b>Total geral</b>							<b>15.130</b>	<b>108</b>

(a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação.

(b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.

(c) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).

(d) De acordo com o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2014, assinado em 2 de fevereiro de 2022, o término da concessão MAR foi estendido em 883 dias, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

(e) O empreendimento SAN entrou parcialmente em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

(f) Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa arrematou o lote 01 do leilão de transmissão 002/2021-ANEEL, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

(g) Em 30 de junho, de 2022, a Taesa arrematou o lote 10 do leilão de transmissão 001/2022-ANEEL, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

(h) Em 16 de dezembro de 2022, a Taesa arrematou os lotes 3 e 5 do leilão de transmissão 002/2022-ANEEL, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

(i) Em 06 de maio de 2022, o empreendimento Aimorés entrou em operação comercial.

(j) Em 27 de julho de 2022, o empreendimento Paraguaçu entrou em operação comercial.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

(k) O empreendimento Ivaí entrou parcialmente em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.  
(l) O ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 25 de abril de 2023.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 25.

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais, considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

## **2.5. Informações por segmento**

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

## **2.6. Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

### **3.1. Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

### **3.2. Intangível**

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

### **3.3. Obrigações especiais**

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, pois não são condicionadas à realização financeira direta ou a qualquer retorno às fontes que aportaram recursos, e que são exclusivamente destinados à obras de expansão e melhoramento dos bens e instalações necessárias à exploração da concessão. O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador e que ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária.

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determina para fins da contabilidade regulatória que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo.

### **3.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

a) Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

### **3.5. Reconhecimento da receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

### **3.6. Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas**

Nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, as informações contábeis regulatórias das controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as informações contábeis regulatórias das controladas, são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas no MCSE. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias consolidadas não é exigida pela ANEEL.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

**3.7. Moeda estrangeira**

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

**3.8. Instrumentos financeiros**

a) Ativos financeiros não derivativos - os empréstimos e recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ocorre a transferência dos direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui os passivos financeiros não derivativos na categoria:

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Outros passivos financeiros ao custo amortizado - os outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado através de método de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: a Companhia passou a utilizar instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de juros e os designou em estruturas de hedge accounting. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, a Companhia classificou os instrumentos como Hedge de Fluxo de Caixa.

No início de uma relação de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Companhia e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação do item de hedge ou transação sendo coberta, a natureza do risco a ser coberto e dos riscos excluídos, e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa.

A contabilidade do hedge de fluxo de caixa é reconhecida da seguinte forma:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar (“reequilibrar”) o índice de hedge para atender os critérios de qualificação. Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de incremento nas taxas de juros pós-fixadas relacionadas às suas transações com debêntures.

d) Instrumento patrimonial - Capital social - ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

### **3.9. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **3.10 Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais, caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia, são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### **3.11 Subvenção e assistência governamentais**

Visam compensar as despesas incorridas e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática, no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, quando realizada a destinação do resultado do exercício.

### **3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, variações cambiais líquidas dos passivos em moeda estrangeira e perdas nos instrumentos de "hedge".

### **3.13 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.



**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

### **3.14 Lucro por ação**

Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### **3.15 Plano de previdência privada (contribuição definida)**

Os pagamentos ao plano de previdência privada são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados, ou seja, quando a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz presta serviços de gestão do Plano de Benefícios Previdenciários.

### **3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")**

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais.

### **3.17 Arrendamento operacional**

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear considerando o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

### **3.18 Normas e interpretações novas e revisadas**

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Conseqüentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações contábeis regulatórias do Grupo em períodos futuros.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	578	3.011
Aplicações financeiras	759.050	176.760
	<b>759.628</b>	<b>179.771</b>

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB e Operações Compromissadas	101,43% do CDI	100,55% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva (a)	5.508	4.906
<b>Ativo não circulante</b>	<b>5.508</b>	<b>4.906</b>

(a) Conta Reserva – Depósitos mantidos junto ao Banco do Nordeste advindos de benefício fiscal. O reinvestimento é um produto operado pelo referido banco destinado às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, localizadas na área de atuação da Sudene (região nordeste, norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais).

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Conta Reserva	95,50% do CDI	95,50% do CDI

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	191.915	175.225
Parcela variável (i)	(33.147)	(6.557)
	<b>158.768</b>	<b>168.668</b>
<b>Circulante</b>	<b>131.587</b>	<b>148.628</b>
<b>Não circulante (ii)</b>	<b>27.181</b>	<b>20.040</b>

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2022 e 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos.

(ii) O saldo refere-se aos usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Movimentação da parcela variável	31/12/2021	Adição (*)	Reversão (*)	31/12/2022
	<b>(6.557)</b>	(41.885)	15.295	<b>(33.147)</b>

(\*) Valor provisionado da parcela variável no período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
	158.267	5.297	28.351	<b>191.915</b>	<b>175.225</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE, Lumitrans, Transudeste, Transleste, Transirapé e NTE) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, Paraguaçu, Aimorés, STC, EBTE, ETSE, ESDE, ESTE, Ivaí, EDTE e SAN).

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. No 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura da transmissora (TSN, NVT, GTESA, NTE, STE, PATESA, MUNIRAH, ETEO, ATE, ATE II, ATE III, ETEP, EATE, ERTE, ENTE, ETAU, STC, ECTE, LUMITRANS, TRANSELESTE, TRANSUDESTE e TRANSIRAPÉ) terá redução de 50% estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

No caso das concessões detidas pelas empresas BRAS, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, SPT, SJT, LNT, ANT, PTG, Paraguaçu, Aimorés, Ivaí, ETSE, EBTE, ESDE, ESTE e EDTE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela variável - as receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso específico da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente determinado, e seu pagamento será realizado com os

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

• Estrutura de formação da RAP - as concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Concessão	Ciclo 2022-2023 Resolução 3.067 de 12/07/2022 Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Ciclo 2021-2022 Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Ciclo 2020-2021 Resolução 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
TSN	506.200	(5.618)	500.582	457.100	(4.399)	452.701	325.134	(3.212)	321.922
GTE	8.918	(268)	8.650	8.054	(268)	7.786	5.877	(45)	5.832
MUN	33.087	(1.032)	32.055	29.883	(1.091)	28.792	28.957	450	29.407
PAT	26.748	(679)	26.069	23.851	(650)	23.201	17.405	(68)	17.337
ETEO	159.885	(4.997)	154.888	144.400	(4.837)	139.563	105.373	(997)	104.376
NVT (ii) e (iii)	535.401	(16.732)	518.669	483.263	(16.925)	466.338	352.463	(1.189)	351.274
STE	77.165	(1.775)	75.390	69.531	(1.770)	67.761	50.610	(190)	50.420
NTE	139.874	(3.545)	136.329	126.085	(4.032)	122.053	92.101	(410)	91.691
ATE	135.261	(3.473)	131.788	122.078	(4.703)	117.375	115.113	(1.657)	113.456
ATE II	211.782	(10.559)	201.223	273.639	(15.172)	258.467	275.495	(2.544)	272.951
ATE III (ii)	144.196	(4.898)	139.298	138.241	(4.523)	133.718	127.711	(724)	126.987
SGT	6.662	(4)	6.658	5.963	(338)	5.625	5.518	(815)	4.703
BRAS (ii) e (iii)	34.262	(1.014)	33.248	30.788	321	31.109	28.123	(77)	28.046
MAR	19.837	(711)	19.126	17.754	(444)	17.310	16.431	9	16.440
MIR (ii) e (iii)	83.270	(2.987)	80.283	74.527	(1.822)	72.705	67.939	1.249	69.188
SPT (ii)	64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995	46.533	(2.542)	43.991
SJT (ii)	60.170	(882)	59.288	53.853	(5.189)	48.664	49.835	(34.649)	15.186
LNT	15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540	12.854	(525)	12.329
JAN (iv)	233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631	-	-	-
SAN (v)	74.949	(327)	74.622	67.080	-	67.080	-	-	-
	<b>2.571.682</b>	<b>(68.437)</b>	<b>2.503.245</b>	<b>2.406.498</b>	<b>(66.084)</b>	<b>2.340.414</b>	<b>1.723.472</b>	<b>(47.936)</b>	<b>1.675.536</b>

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões ATE III, MIR, BRA, NVT, SJT e SPT foram alterados pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças serão recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões BRA, MIR e NVT foram ajustados de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (iv) A JAN entrou em operação comercial em 1º de setembro de 2021. (v) A

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao  
exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares  
de reais)**

SAN entrou em operação comercial parcial com RAP retroativa a 28 de março de 2022, de aproximadamente 23% do valor total da RAP. Em dezembro de 2022, outra parte do empreendimento foi concluído e a partir de 8 de dezembro de 2022, passou a receber aproximadamente 55% do valor total da RAP.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

**7. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E OBRIGAÇÕES ESPECIAIS**

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto					Depreciação acumulada					Valor líquido	
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	Reclassificação (**)	31/12/2022	31/12/2021	Depreciação incorrida	Reclassificação (**)	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>													
<b>Transmissão</b>													
Terrenos	0,00%	4.463				-	4.463	-	-			4.463	4.463
Edificações, obras civis e benfeitorias	-2,82%	116.569	218			(95)	116.692	(50.404)	(3.290)	4	(53.690)	63.002	66.165
Máquinas e Equipamentos	-3,06%	5.083.286	9.681	(144)	17.329	(11.540)	5.098.612	(2.439.106)	(156.156)	944	(2.594.318)	2.504.294	2.644.180
Veículos	-8,13%	13.895				-	13.895	(8.152)	(1.130)		(9.282)	4.613	5.743
Móveis e utensílios	-4,04%	3.178	-	-	88	(174)	3.092	(1.563)	(125)	14	(1.674)	1.418	1.615
		<b>5.221.391</b>	<b>9.899</b>	<b>(144)</b>	<b>17.417</b>	<b>(11.809)</b>	<b>5.236.754</b>	<b>(2.499.225)</b>	<b>(160.701)</b>	<b>962</b>	<b>(2.658.965)</b>	<b>2.577.789</b>	<b>2.722.166</b>
<b>Serviço não vinculado à concessão</b>													
Edificações, obras civis e benfeitorias	-3,57%	157	-	-	-	95	252	(79)	(9)	(4)	(92)	160	78
Máquinas e Equipamentos	-3,25%	3.905	-	-	-	3.885	7.790	(3.905)	(253)	(337)	(4.495)	3.295	-
Móveis e utensílios	-3,28%	137	-	-	-	168	305	(137)	(10)	(13)	(160)	145	-
		<b>4.199</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.148</b>	<b>8.347</b>	<b>(4.121)</b>	<b>(272)</b>	<b>(354)</b>	<b>(4.747)</b>	<b>3.600</b>	<b>78</b>
<b>Administração</b>													
Edificações, obras civis e benfeitorias	-3,33%	2.375	-	-	-	-	2.375	(995)	(79)		(1.074)	1.301	1.380
Máquinas e equipamentos	-10,44%	14.753	-	-	234	7.655	22.642	(11.872)	(2.364)	(607)	(14.843)	7.799	2.881
Veículos		-	-	-	2.215	-	2.215	-	(298)		(298)	1.917	-
Móveis e utensílios	-4,88%	7.537	-	-	-	6	7.543	(4.082)	(368)	(1)	(4.451)	3.092	3.455
		<b>24.665</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.449</b>	<b>7.661</b>	<b>34.775</b>	<b>(16.949)</b>	<b>(3.110)</b>	<b>(608)</b>	<b>(20.666)</b>	<b>14.109</b>	<b>7.716</b>
<b>Subtotal Imobilizado em Serviço</b>		<b>5.250.255</b>	<b>9.899</b>	<b>(144)</b>	<b>19.866</b>	<b>-</b>	<b>5.279.876</b>	<b>(2.520.295)</b>	<b>(164.083)</b>	<b>-</b>	<b>(2.684.378)</b>	<b>2.595.498</b>	<b>2.729.960</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>													
<b>Transmissão</b>													
Máquinas e equipamentos	0,00%	160.568	34.443		(17.365)	-	177.646	-	-		-	177.646	160.568
Edificações, obras civis e benfeitorias	0,00%	15.606	310			-	15.916	-	-		-	15.916	15.606
Veículos	0,00%	2.860	5.236		(634)	-	7.462	-	-		-	7.462	2.860
Móveis e utensílios	0,00%	2.532	52		(52)	-	2.532	-	-		-	2.532	2.532
Material em depósito	0,00%	130.128	658			-	130.786	-	-		-	130.786	130.128
Adiantamento a fornecedores (*)	0,00%	2.593	2			-	2.595	-	-		-	2.595	2.593
Outros	0,00%	2.172				-	2.172	-	-		-	2.172	2.172
		<b>316.459</b>	<b>40.701</b>	<b>-</b>	<b>(18.051)</b>	<b>-</b>	<b>339.109</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>339.109</b>	<b>316.459</b>
<b>Administração</b>													
Máquinas e equipamentos	0,00%	12.855	39.873		(766)	-	51.962	-	-		-	51.962	12.855
Edificações, obras civis e benfeitorias	0,00%	38.485	53.451			-	91.936	-	-		-	91.936	38.485
Móveis e utensílios	0,00%	319	39			-	358	-	-		-	358	319
Material em depósito	0,00%	266				-	266	-	-		-	266	266
Veículos	0,00%	1.583	34.807		(1.581)	-	34.809	-	-		-	34.809	1.583
		<b>53.508</b>	<b>128.170</b>	<b>-</b>	<b>(2.347)</b>	<b>-</b>	<b>179.331</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>179.331</b>	<b>53.508</b>
<b>Serviço não vinculado à concessão</b>													
Máquinas e Equipamentos	0,00%	479				-	479	-	-		-	479	479
Móveis e Utensílios	0,00%	-	3			-	3	-	-		-	3	-
<b>Imob Curso não vinculado</b>		<b>479</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>482</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>482</b>	<b>479</b>
<b>Subtotal Imobilizado em Curso</b>		<b>370.446</b>	<b>168.874</b>	<b>-</b>	<b>(20.398)</b>	<b>-</b>	<b>518.922</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>518.922</b>	<b>370.446</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>5.620.701</b>	<b>178.773</b>	<b>(144)</b>	<b>(532)</b>	<b>-</b>	<b>5.798.798</b>	<b>(2.520.295)</b>	<b>(164.083)</b>	<b>-</b>	<b>(2.684.378)</b>	<b>3.114.420</b>	<b>3.100.406</b>

(\*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

(\*\*) valor reclassificado para a conta de depreciação acumulada, pois trata-se de uma reversão de baixa líquida.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Intangível	Taxa média de depreciação	Valor Bruto						Depreciação acumulada			Valor líquido		
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	Reclassifi-cação (**)	31/12/2022	31/12/2021	Depreciação incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>													
Transmissão													
Servidões		29.774	278		44	-	30.096	-	-	-	-	30.096	29.774
Softwares	-6,12%	12.263	-	-	-	-	12.263	(9.784)	(750)	-	(10.534)	1.729	2.479
Outros	-1,72%	355.962	-	-	-	-	355.962	(311.720)	(6.110)	-	(317.830)	38.132	44.242
		<b>397.999</b>	<b>278</b>	<b>-</b>	<b>44</b>	<b>-</b>	<b>398.321</b>	<b>(321.504)</b>	<b>(6.860)</b>	<b>-</b>	<b>(328.364)</b>	<b>69.957</b>	<b>76.495</b>
Serviço não vinculado à concessão													
Administração													
Softwares	-17,01%	59.529	-	-	3.355	-	62.884	(20.074)	(10.699)	-	(30.773)	32.111	39.455
Licenças	-7,41%	15.147	-	-	-	-	15.147	(12.042)	(1.123)	-	(13.165)	1.982	3.105
		<b>74.676</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.355</b>	<b>-</b>	<b>78.031</b>	<b>(32.116)</b>	<b>(11.822)</b>	<b>-</b>	<b>(43.938)</b>	<b>34.093</b>	<b>42.560</b>
<b>Subtotal</b>		<b>472.675</b>	<b>278</b>	<b>-</b>	<b>3.399</b>	<b>-</b>	<b>476.352</b>	<b>(353.620)</b>	<b>(18.682)</b>	<b>-</b>	<b>(372.302)</b>	<b>104.050</b>	<b>119.055</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>													
Transmissão													
Outros intangíveis em curso	0,00%	15.580	4.595	-	(43)	-	20.132	-	-	-	-	20.132	15.580
		<b>15.580</b>	<b>4.595</b>	<b>-</b>	<b>(43)</b>	<b>-</b>	<b>20.132</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.132</b>	<b>15.580</b>
Administração													
Outros intangíveis em curso	0,00%	54.933	49.556	-	(2.823)	-	101.666	-	-	-	-	101.666	54.933
<b>Subtotal</b>		<b>70.513</b>	<b>54.151</b>	<b>-</b>	<b>(2.866)</b>	<b>-</b>	<b>121.798</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>121.798</b>	<b>70.513</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>		<b>543.188</b>	<b>54.429</b>	<b>-</b>	<b>533</b>	<b>-</b>	<b>598.150</b>	<b>(353.620)</b>	<b>(18.682)</b>	<b>-</b>	<b>(372.302)</b>	<b>225.848</b>	<b>189.568</b>

Obrigações especiais (Passivo)	Taxa média de amortização	Valor Bruto		Amortização acumulada			Valor líquido	
		31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Amortização incorrida	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>Transmissão - GTESA - NORFIL</b>								
Terrenos 2230221* DIT	0,00%	(504)	(504)	-	-	-	(504)	(504)
Edificações, obras civis e benfeitorias 2230221* DIT	-3,35%	(1.911)	(1.911)	461	64	525	(1.386)	(1.450)
Máquinas e Equipamentos	-3,75%	(11.828)	(11.828)	2.915	443	3.358	(8.470)	(8.913)
Outros - NVT 223021*	0,00%	(101)	(101)	14	-	14	(87)	(87)
		<b>(14.344)</b>	<b>(14.344)</b>	<b>3.390</b>	<b>507</b>	<b>3.897</b>	<b>(10.447)</b>	<b>(10.954)</b>

Obrigações especiais (Passivo)	Taxa média de amortização	Valor Bruto		Amortização acumulada			Valor líquido	
		31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Amortização incorrida	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
<b>Transmissão - PATESA - ACU</b>								
Terrenos	0,00%	(278)	(278)	-	-	-	(278)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias 223021*	-3,21%	(218)	(218)	-	7	-	(211)	-
Máquinas e Equipamentos	-3,94%	(9.681)	(9.681)	-	381	-	(9.300)	-
Outros		-	-	-	-	-	-	-
		<b>-</b>	<b>(10.177)</b>	<b>-</b>	<b>388</b>	<b>-</b>	<b>(9.789)</b>	<b>-</b>



**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	2022			2021
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	-3,06%	5.248.563	(2.659.926)	2.588.637	2.722.166
Administração	-11,47%	27.114	(20.059)	7.055	7.716
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-0,21%	4.199	(4.393)	(194)	78
		<b>5.279.876</b>	<b>(2.684.378)</b>	<b>2.595.498</b>	<b>2.729.960</b>
<b>Imobilizado em curso</b>					
Transmissão		339.108	-	339.108	316.458
Administração		179.331	-	179.331	53.508
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		482	-	482	479
		<b>518.921</b>	<b>-</b>	<b>518.921</b>	<b>370.445</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>5.798.797</b>	<b>(2.684.378)</b>	<b>3.114.419</b>	<b>3.100.405</b>
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão		398.321	(328.364)	69.957	76.495
Administração		78.031	(43.938)	34.093	42.560
		<b>476.352</b>	<b>(372.302)</b>	<b>104.050</b>	<b>119.055</b>
<b>Intangível em curso</b>					
Transmissão		20.133	-	20.133	15.580
Administração		101.666	-	101.666	54.933
		<b>121.799</b>	<b>-</b>	<b>121.799</b>	<b>70.513</b>
<b>Intangível</b>		<b>598.151</b>	<b>(372.302)</b>	<b>225.849</b>	<b>189.568</b>
<b>Obrigações especiais (passivo)</b>					
Transmissão		(24.521)	4.285	(20.236)	(10.954)
<b>Obrigações especiais</b>		<b>(24.521)</b>	<b>4.285</b>	<b>(20.236)</b>	<b>(10.954)</b>

Composição das adições e (baixas) por tipo de gasto capitalizado	Material / equipamentos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Outros	Total
<b>Imobilizado em Serviço</b>				
Máquinas e Equipamentos	17.419	-	-	17.419
Móveis e utensílios	-	-	88	88
Veículos	-	-	2.215	2.215
	<b>17.419</b>	<b>-</b>	<b>2.303</b>	<b>19.722</b>
<b>Imobilizado em Curso</b>				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	53.761	-	53.761
Máquinas e Equipamentos	56.185	-	-	56.185
Veículos	-	-	37.828	37.828

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Composição das adições e (baixas) por tipo de gasto capitalizado</b>	<b>Material / equipamentos</b>	<b>Edificações, obras civis e benfeitorias</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Móveis e utensílios	-	-	39	39
Outros	-	-	660	660
	<b>56.185</b>	<b>53.761</b>	<b>38.527</b>	<b>148.473</b>
<b><i>Intangível em Curso</i></b>				
Outros intangíveis em curso			46.733	46.733
			<b>46.733</b>	<b>46.733</b>
<b>Total do imobilizado e Intangível</b>	<b>73.604</b>	<b>53.761</b>	<b>87.563</b>	<b>214.928</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	213.387	124.796
PIS e COFINS a compensar	507	666
Impostos e contribuições retidos	6.962	16.795
Outros	3.410	2.686
<b>Ativo circulante</b>	<b>224.266</b>	<b>144.943</b>
PIS e COFINS	7.262	26.045
INSS e FGTS	4.458	2.299
ISS	2.380	1.973
ICMS	583	715
IRRF	3.020	-
Outros	324	6.614
<b>Passivo circulante</b>	<b>18.027</b>	<b>37.646</b>

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo com a Resolução CVM nº 78/22 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	251.034	271.389
Diferenças temporárias (b)	79.429	129.888
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	31.502	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>361.965</b>	<b>401.277</b>
Diferenças temporárias (b)	(416.804)	(502.085)
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(416.804)</b>	<b>(502.085)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>(54.839)</b>	<b>(100.808)</b>

(a) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 31/12/2022	IRPJ e CSLL	
		2022	2021
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	52.748	17.935	21.154
Provisão para participação nos lucros	23.864	8.114	6.694
Provisão para fornecedores	46.234	15.720	6.582
Provisão para parcela variável	33.146	11.270	2.229
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	35.261	11.989	9.977
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	6.869
Instrumentos Financeiros - derivativos	18.875	6.418	-
Ajuste ao valor de mercado - dívida	20.835	7.084	6.194
Variação cambial - regime de caixa	2.639	899	70.189
<b>Total do ativo</b>		<b>79.429</b>	<b>129.888</b>
Instrumentos financeiros derivativos		-	(70.471)
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(68.082)	(23.148)	(26.670)
Hedge de fluxo de caixa	(15.773)	(5.363)	(11.572)
Parcela da RAP não tributada devido ao efetivo recebimento	(1.142.038)	(388.293)	(393.372)
<b>Total do passivo</b>		<b>(416.804)</b>	<b>(502.085)</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**
**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Expectativa de realização de créditos tributários	2023	2024	2025	2026 - 2028	Após 2028	Total
Crédito fiscal incorporado - ágio	21.761	23.315	24.913	84.776	96.269	251.034
Diferenças temporárias	48.068	12.964	3.996	14.401	-	79.429
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	8.503	16.065	6.934	-	-	31.502
	<b>78.332</b>	<b>52.344</b>	<b>35.843</b>	<b>99.177</b>	<b>96.269</b>	<b>361.965</b>

**10. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)**

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controladas</b>				
ATE III	303.500.000	100,00%	479.958	445.583
SGT	10.457.000	100,00%	24.620	(13.476)
MAR	174.500.000	100,00%	157.646	161.466
MIR	277.940.000	100,00%	274.424	242.528
JAN	225.145.100	100,00%	26.267	(280.818)
SAN	567.301.000	100,00%	594.710	482.711
BRAS	191.052.000	100,00%	150.947	161.162
SJT	394.523.157	100,00%	356.574	368.093
SPT	537.235.007	100,00%	490.569	507.719
LNT	41.116.290	100,00%	40.821	32.880
ANT	95.001.000	100,00%	106.396	-
PGT	4.801.000	100,00%	8.798	-
			<b>2.711.730</b>	<b>2.107.848</b>
<b>Controladas em conjunto</b>				
ETAU	34.895.364	75,62%	105.483	107.598
Aimorés	395.400.000	50,00%	195.133	185.312
Paraguaçu	620.000.000	50,00%	299.184	274.595
Ivaí	235.000.000	50,00%	(42.516)	(68.666)
			<b>557.284</b>	<b>498.839</b>
<b>Coligadas diretas (*)</b>				
EATE	180.000.010	49,98%	306.851	432.404
EBTE	263.058.339	49,00%	110.315	119.965
ECTE	42.095.000	19,09%	17.114	29.593
ENTE	100.840.000	49,99%	222.570	273.584
ETEP	45.000.010	49,98%	32.355	49.735
ERTE	84.133.970	21,95%	63.595	69.251
EDTE	1.218.126	24,95%	(8049)	838
Transudeste	30.000.000	49,00%	27.863	25.767
Transleste	49.569.000	49,00%	36.031	32.613
Transirapé	22.340.490	49,00%	6.113	7.104
			<b>814.758</b>	<b>1.040.854</b>
			<b>4.083.772</b>	<b>3.647.541</b>
<b>Total do investimento</b>				

(\*) Em 31 de dezembro de 2022, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%.

Mutação dos Investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2022
<b>Controladas</b>					
ATE III	445.583	-	(45.457)	79.832	479.958
SGT	(13.476)	-	34.029	4.067	24.619
MAR	161.466	-	(13.752)	9.932	157.646
MIR	242.528	-	(30.862)	62.758	274.424
JAN	(280.818)	32.000	215.570	59.516	26.268
SAN	482.711	98.000	6.387	7.612	594.710
BRAS	161.162	-	(19.110)	8.895	150.947
SJT	368.093	-	(48.585)	37.066	356.574
SPT	507.719	-	(43.347)	26.197	490.569
LNT	32.880	-	4.960	2.981	40.821
ANT	-	106.000	-	395	106.396
PGT	-	8.700	-	98	8.798
	<b>2.107.848</b>	<b>244.700</b>	<b>59.833</b>	<b>299.349</b>	<b>2.711.730</b>
<b>Controladas em conjunto</b>					
ETAU	107.598	-	(14.603)	12.488	105.483
Aimorés	185.312	10.500	(15.987)	15.309	195.133
Paraguaçu	274.595	33.000	(19.583)	11.173	299.184
Ivaí	(68.666)	90.000	-	(63.849)	(42.516)
	<b>498.839</b>	<b>133.500</b>	<b>(50.173)</b>	<b>(24.879)</b>	<b>557.284</b>
<b>Coligadas diretas</b>					
EATE	432.404	-	(249.246)	123.694	306.851
EBTE	119.965	-	(17.080)	7.430	110.315

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Mutação dos Investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2022
ECTE	29.593	-	(18.974)	6.495	17.114
ENTE	273.584	-	(106.598)	55.584	222.570
ETEP	49.735	-	(34.886)	17.506	32.355
ERTE	69.251	-	(4.396)	(1.260)	63.595
EDTE	838	-	(14.668)	5.781	(8.049)
Transudeste	25.767	-	(7.223)	9.319	27.863
Transleste	32.613	-	(7.899)	11.317	36.031
Transirapé	7.104	-	(12.611)	11.620	6.113
	<b>1.040.854</b>	<b>-</b>	<b>(473.581)</b>	<b>247.486</b>	<b>814.758</b>
	<b>3.647.541</b>	<b>378.200</b>	<b>(463.921)</b>	<b>521.956</b>	<b>4.083.772</b>

As mutações dos dividendos a receber foram apresentadas na nota explicativa nº 11 – Partes relacionadas. A data-base das demonstrações contábeis regulatórias das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

Demonstrações Contábeis regulatórias resumidas

A seguir encontram-se as informações intermediárias resumidas demonstradas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balço patrimonial	31/12/2022			31/12/2021		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	270.103	164.191	434.294	5.352	117.786	123.138
Cientes	-	-	-	3.658	55.439	59.097
Outros ativos circulantes	81.166	212.179	293.345	286.055	69.117	355.172
<b>Ativos circulantes</b>	<b>351.269</b>	<b>376.370</b>	<b>727.639</b>	<b>295.065</b>	<b>242.342</b>	<b>537.407</b>
Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	-	2.551.470	1.771.955	4.323.425
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	664.944	664.944
Outros ativos não circulantes	3.221.354	2.394.286	5.615.640	144.869	26.275	171.144
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>3.221.354</b>	<b>2.394.286</b>	<b>5.615.640</b>	<b>2.696.339</b>	<b>2.463.174</b>	<b>5.159.513</b>
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	216.345	144.654	360.999	2.623	151.993	154.616
Outros passivos circulantes	230.396	367.767	598.163	108.927	409.991	518.918
<b>Passivos circulantes</b>	<b>446.741</b>	<b>512.421</b>	<b>959.162</b>	<b>111.550</b>	<b>561.984</b>	<b>673.534</b>
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	2.047.055	1.643.756	3.690.811	2.023.415	1.439.499	3.462.914
Impostos e contribuições diferidos	-	-	-	7.385	-	7.385
Tributos diferidos	-	-	-	-	2.425	2.425
Outros passivos não circulantes	99.891	16.121	116.012	7.491	18.539	26.030
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>2.146.946</b>	<b>1.659.877</b>	<b>3.806.823</b>	<b>2.038.291</b>	<b>1.460.463</b>	<b>3.498.754</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>978.936</b>	<b>598.358</b>	<b>1.577.294</b>	<b>841.563</b>	<b>683.069</b>	<b>1.524.632</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>508.768</b>	<b>277.537</b>	<b>786.305</b>	<b>435.918</b>	<b>312.350</b>	<b>748.268</b>
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	48.516	537.221	585.737	62.921	728.504	791.425
<b>Investimento total da Taesa</b>	<b>557.284</b>	<b>814.758</b>	<b>1.372.042</b>	<b>498.839</b>	<b>1.040.854</b>	<b>1.539.693</b>

Demonstração do resultado	31/12/2022			31/12/2021		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	183.415	939.856	1.123.271	31.255	803.733	834.988
Custos e despesas	(37.254)	(184.914)	(222.168)	(16.875)	(177.088)	(193.963)
Receitas financeiras	23.213	21.473	44.686	23.158	7.078	30.208
Despesas financeiras	(241.123)	(230.974)	(472.097)	(295.636)	(139.867)	(435.475)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(217.910)</b>	<b>(209.501)</b>	<b>(427.411)</b>	<b>(272.478)</b>	<b>(132.789)</b>	<b>(405.267)</b>
Equivalência patrimonial	-	154.811	154.811	-	97.611	97.611
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	22.252	(45.709)	(23.457)	87.783	(53.852)	33.931
<b>Resultado do período</b>	<b>(49.239)</b>	<b>654.503</b>	<b>605.264</b>	<b>(170.315)</b>	<b>537.615</b>	<b>367.300</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>(18.088)</b>	<b>302.061</b>	<b>283.973</b>	<b>(81.612)</b>	<b>251.437</b>	<b>169.825</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	(6.791)	(54.575)	(61.366)	14.984	(54.570)	(39.586)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>(24.879)</b>	<b>247.486</b>	<b>222.607</b>	<b>(66.628)</b>	<b>196.867</b>	<b>130.239</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

**(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
IVAÍ	Itaú	dez-43	(e)	IPC-A + 4,9982%	2.259.998	2.021.689
ETAU	BNDES Giro	ago-23	(c)	TLP + 2,78%	2.293	5.751
<b>Controladas em conjunto</b>					<b>2.262.291</b>	<b>2.027.440</b>
EATE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	11.456
EATE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	9.286	27.805
EATE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	287.341	278.014
EATE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	206.461	203.844
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	111.888	-
ECTE	Bradesco	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	23.290
ECTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	53.175	51.427
ECTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	68.226	77.926
ECTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.568	50.897
ECTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	60.988	-
EDTE	Santander	dez-28	(d)	IPCA + 5,29%	393.142	370.124
ENTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	53.171	51.420
ENTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	102.981	102.457
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	30.450	-
ETEP	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	5.519	16.522
ETEP	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	92.681	92.211
ETEP	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.568	50.899
ETEP	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	35.540	-
EBTE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	11.020	32.984
EBTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.568	50.899
EBTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	45.719	-
TRANSUDESTE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	9.188
TRANSLESTE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	10.806
TRANSLESTE	BDMG	fev-25	(c)	9,50%	5.361	7.835
TRANSLESTE	BNB	mar-25	(c)	9,50%	1.648	2.384
TRANSIRAPÉ	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	7.300
TRANSIRAPÉ	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.572	50.904
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr-26	(b)	TJLP + 6,5%	1.929	2.488
TRANSIRAPÉ	BDMG	jan-24	(b)	3,50%	2.585	4.970
TRANSIRAPÉ	BDMG	out-29	(b)	TJLP + 3,5%	3.024	3.439
<b>Coligadas diretas e indiretas</b>					<b>1.788.411</b>	<b>1.591.489</b>
					<b>4.050.702</b>	<b>3.618.929</b>

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Carta de Fiança emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária; (d) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (e) Fiança proporcional da CTEEP de 50,00% e da Taesa de 50,00% do montante total.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

**(ii) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, e passivos contingentes**

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Paraguaçu	2.626	-	1.938	-
Aimorés	1.732	-	231	-
ETAU	257	141	111	51
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>4.615</b>	<b>141</b>	<b>2.280</b>	<b>51</b>
EATE	234	393	5.100	4.525
EBTE	-	26	553	449
ECTE	-	52	-	240
ETEP	-	7	-	-
ENTE	600	-	196	1.342
Transleste	40	-	-	-

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transudeste	40	-	-	-
Transirapé	40	-	-	-
<b>Coligadas diretas</b>	<b>954</b>	<b>478</b>	<b>5.849</b>	<b>6.556</b>
	<b>5.569</b>	<b>619</b>	<b>8.129</b>	<b>6.607</b>

(iii) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
	Resolução 3.067 de 12/07/2022			Resolução 2.959 de 05/10/2021			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020		
	Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU (ii)	57.205	1.838	59.043	51.665	2.274	53.939	39.506	1.786	41.292
Aimorés (iii)	95.624	(123)	95.501	-	-	-	-	-	-
Paraguaçu (iv)	142.723	-	142.723	-	-	-	-	-	-
ENTE	204.243	(6.387)	197.856	184.456	(5.262)	179.194	134.579	(2.169)	132.410
EATE (v)	396.748	(11.503)	385.245	358.143	(11.526)	346.617	261.211	(2.107)	259.104
EBTE	60.615	(4.986)	55.629	54.250	(1.229)	53.021	48.889	1.223	50.112
ECTE	86.238	(2.628)	83.610	77.886	(2.587)	75.299	56.825	(542)	56.283
ETEP	89.207	(2.267)	86.940	80.563	(2.620)	77.943	58.788	(461)	58.327
ERTE	46.503	(18.685)	27.818	41.999	(17.292)	24.707	30.648	(12.395)	18.253
STC	43.268	(1.605)	41.663	52.396	(1.265)	51.131	48.133	(769)	47.364
Lumitrans	30.338	(1.521)	28.817	43.634	(1.487)	42.147	31.841	(346)	31.495
ESDE	17.520	(312)	17.208	15.680	(220)	15.460	14.363	(482)	13.881
ETSE	32.982	127	33.109	25.408	(214)	25.194	21.485	(142)	21.343
ESTE (vi)	135.205	(1.110)	134.095	-	-	-	-	-	-
EDTE (v)	83.645	(2.534)	81.111	76.120	(2.579)	73.541	70.445	597	71.042
Transirapé	43.521	1.564	45.085	54.365	(3.090)	51.275	41.048	1.774	42.822
Transieste	37.004	(1.280)	35.724	33.421	(1.626)	31.795	35.664	(472)	35.192
Transudeste	22.936	(1.167)	21.769	34.154	(1.387)	32.767	30.231	(324)	29.907
<b>TOTAL</b>	<b>1.625.525</b>	<b>(52.579)</b>	<b>1.572.946</b>	<b>1.184.140</b>	<b>(50.110)</b>	<b>1.134.030</b>	<b>923.656</b>	<b>(14.829)</b>	<b>908.827</b>

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) O valor da RAP do ciclo 2020-2021 da concessão ETAU foi alterada pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou o recurso administrativo interposto pela concessionária em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças serão recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) A concessão Aimorés entrou em operação comercial em 06 de maio de 2022. (iv) A concessão Paraguaçu entrou em operação comercial em 27 de julho de 2022. (v) Os valores RAP das concessões EATE e EDTE do ciclo 2020-2021, foram ajustadas de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (vi) A ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022.

## 11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
<b>Transações entre a Taesa e controlada em conjunto</b>					
1	OCR x Outras receitas - Back-office" – ETAU	R\$ 69 Valor mensal	09/07/2018 a 09/07/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.  Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$2.386, a contratante poderá requerer a revisão.
2	OCR x Outras receitas – Compartilhamento de Infraestrutura e RH – ETAU	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
3	OCR x Outras receitas – O&M – ETAU	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 30/11/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
4	OCR x Outras receitas – O&M (LT Barra Grande) – ETAU	R\$21 Valor mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
5	OCR x Outras receitas – O&M – AIMORÉS	R\$23 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
6	OCR x Outras receitas – Compartilhamento de Infraestrutura e RH – AIMORÉS	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
7	OCR x Outras receitas – O&M – PARAGUAÇU	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
8	OCR x Outras receitas – Compartilhamento de Infraestrutura e RH – PARAGUAÇU	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
9	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - PARAGUAÇU (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.
<b>Transações entre a Taesa e sua coligada</b>					
10	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura – EDTE	R\$ 229 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão.	Multa de 2% a.m. / juros de mora 12% a.a. /atualização anual pelo IPCA.	Não houve.
<b>Transações com controladas</b>					
11	OCR x Outras receitas – Compartilhamento de Infraestrutura e RH - controladas	N/A	01/12/2021 até 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
12	OCP x Serviço de terceiros -"BackOffice" – Brasnorte	R\$ 36 Valor mensal	21/05/2018 a 21/05/2023	Multa de 2% a.m./juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
13	OCP x Custos Operacionais – Serviço de operação e manutenção (O&M) - Brasnorte	R\$ 95 Valor mensal	19/10/2021 a 19/10/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m./atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.
14	OCP x disponibilidades - Reembolso de despesas - Brasnorte	N/A	N/A	N/A	Não houve.
15	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" -MARIANA	R\$27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
16	OCR x Outras receitas - Serviços de Operação e Manutenção - ATE III	R\$226 Valor mensal	04/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/setembro.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpeleção judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
17	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ATE III	R\$27 Valor mensal	13/06/2019 a 13/06/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
18	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ATEIII (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
19	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SGT	R\$27 Valor mensal	27/09/2019 a 27/09/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
20	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" – MIRACEMA	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 27/10/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
21	OCR x Outras receitas - Operação e Manutenção – MIRACEMA	R\$125 Valor mensal	05/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + juros de mora de 1% a. m.+ atualização monetária IGPM/Atualização anual pelo IGPM	O contrato pode ser rescindido, pela contratante, nos casos inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada ou incapacidade técnica.
22	OCR x disponibilidades - CCI - JANAÚBA	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + Juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.
23	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - JANAUBA (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve
24	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" – JANAÚBA	R\$27 Valor mensal	30/03/2020 a 30/03/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.



**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
25	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SANT'ANA (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
26	OPC x Outras despesas - O&M - SANT'ANA	R\$63 Valor mensal	27/11/2022 a 27/11/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser reincluído em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.
27	OCR x Outras receitas - Serviços de O&M - LNT	R\$24 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.
28	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - LNT	R\$10 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
29	OCR x Outras receitas - Serviços de O&M - SPT	R\$87 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.
30	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SPT	R\$36 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
31	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SPT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
32	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SJT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve
33	OCR x Outras receitas - Serviços de O&M - SJT	R\$90 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Controladora			
		Ativo		Receita	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Transações com controladas em conjunto</b>					
1	Serviços de "back-office" - Taesa x Etau	-	-	-	1.092
2	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x ETAU	160	88	1.747	88
3	Serviços de engenharia - O&M - Taesa x Etau	16	17	188	215
4	Serviços de O&M (LT Barra Grande) - Taesa x ETAU	21	-	147	-
5	Serviços de engenharia - O&M - Taesa x Aimorés	27	-	392	-
6	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Aimorés	121	-	1.024	-
7	Serviços de engenharia - O&M - Taesa x Paraguaçu	27	-	325	-
8	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Paraguaçu	198	-	1.013	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguaçu	25	-	-	-
<b>Transações com coligadas</b>					
10	Reembolso de despesas Taesa x EDTE	7	7	88	80
<b>Transações com controladas</b>					
12	Serviços de "back-office" - Taesa x Brasnorte	-	-	-	549
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Brasnorte	153	204	2.115	204
13	Serviços de O&M - Taesa x Brasnorte	101	243	1.217	243
14	Reembolso de despesas Taesa x Brasnorte	13	-	-	-
15	Serviços de "back-office" - Taesa x Mariana	-	-	-	324
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Mariana	60	58	721	58
16	Serviços de O&M - Taesa x ATE III	104	104	1.244	3.132

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

REF	Contratos e outras transações	Controladora			
		Ativo		Receita	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
17	Serviços de "back-office" - Taesa x ATEIII	-	-	-	321
18	Reembolso de despesas Taesa x ATEIII	-	45	-	-
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x ATE III	463	570	6.165	570
19	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	-	-	-	353
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x SGT	14	15	171	15
20	Serviços de "back-office" - Taesa x Miracema	-	-	-	573
21	Serviços de "O&M" - Taesa x Miracema	80	80	957	1.784
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Miracema	92	123	1.271	123
22	Serviços de "O&M" - Taesa x Janaúba	54	221	642	221
23	Reembolso de despesas Taesa x Janaúba	-	411	-	-
24	Serviços de Back-office - Taesa X Janaúba	-	-	-	298
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Janaúba	307	412	4.247	412
25	Reembolso de despesas Taesa x Sant'Ana	93	7	-	-
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Sant'ana	208	233	2.572	233
26	Serviços de O&M - Taesa x Sant'ana	213	-	213	-
27	Serviços de O&M - Taesa x LNT	52	52	622	334
28	Serviços de "back-office" - Taesa x LNT	-	-	-	121
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x LNT	33	56	516	56
29	Serviços de O&M - Taesa x SPT	211	211	2.537	1.216
30	Serviços de "back-office" - Taesa x SPT	-	-	-	414
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x SPT	176	227	2.391	227
31	Reembolso de despesas Taesa x SPT	16	-	-	-
32	Reembolso de despesas Taesa x SJT	46	-	-	438
33	Serviços de O&M - Taesa x SJT	28	28	335	-
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x SJT	147	181	1.954	1.069
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Ananai	33	-	301	-
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Pitiguari	2	-	8	-
		<b>3.301</b>	<b>3.593</b>	<b>35.123</b>	<b>14.763</b>

b) Passivos, custos e despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
1	<b>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</b> OCP x Serviços prestados - Serviços de "Data Center" - Ativas	R\$ 47 valor mensal	29/09/2020 a 29/09/2023	Juros de 1% ao mês e	Cada uma das partes terá direito de rescindir o

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
2	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não houve.	contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.  Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. Para o exercício de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). A vigência do custeio dar-se-á a partir de 1º de abril de 2022.
3	OCP x Serviços prestados - Telecomunicações - Taesa - INTERNEXA	R\$ 3 valor mensal	30/08/2020 a 30/08/2021	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato foi encerrado.
<b>Transações entre taesa e suas controladas</b>					
4	OCP x disponibilidades -reembolso de despesas - SPT(*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
5	OCR x Disponibilidades -reembolso de despesas - ATE III	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
6	OCP x disponibilidades -reembolso de despesas - SANT'ANA(*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
<b>Transações entre a Taesa e sua Controladora</b>					
7	OCP X Investimento – aquisição Transmineiras – Valor Adicional –CEMIG	Parcela única de R\$ 12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Controladora			
		Passivo		Custo/Despesa	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</b>					
1	Data Center - Taesa x Ativas	53	46	304	542
2	Previdência privada - Taesa x Forluz – despesa	-	-	2.646	2.097
2	Previdência privada - Taesa x Forluz – custo	-	-	1.056	949
3	Taesa x INTERNEXA - Telecomunicações	-	-	31	80
<b>Transações entre taesa e suas controladas</b>					
4	Reembolso de despesas Taesa x SPT	13	8	-	-
5	Reembolso de despesas Taesa x ATEIII	4.124	-	-	-

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

6	Reembolso de despesas Taesa x Sant'ana	18	-	-	-
<b>Transações entre taesa e sua controladora</b>					
	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - TAESA X				
7	CEMIG	12.883	12.883	-	-
		<b>17.091</b>	<b>12.937</b>	<b>4.037</b>	<b>3.668</b>

II- Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos a receber	31/12/2021	Adição (reversão) (a)	Recebimento	31/12/2022
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	206	14.603	(14.483)	326
AIMORÉS	-	15.987	-	15.987
PARAGUAÇU	-	19.583	-	19.583
EATE	-	249.247	(199.430)	49.817
EBTE	-	17.080	(12.970)	4.110
ECTE	-	18.974	(13.869)	5.105
ENTE	2	106.598	(89.980)	16.620
ERTE	-	4.397	(3.182)	1.215
ETEP	-	34.886	(30.741)	4.145
EDTE	-	14.668	(12.474)	2.194
TRANSLESTE	-	7.899	(4.298)	3.601
TRANSIRAPÉ	-	12.611	(9.311)	3.300
TRANSUDESTE	-	7.223	(5.145)	2.078
<b>Subtotal</b>	<b>208</b>	<b>523.756</b>	<b>(395.883)</b>	<b>128.081</b>
<i>Controladas</i>				
ATE III	-	45.457	(45.457)	-
BRAS	2.147	19.110	(2.146)	19.111
SGT (b)	37.421	(34.029)	(1.714)	1.678
MAR	11.400	13.752	(13.699)	11.453
MIR	21.161	30.862	(52.023)	-
JAN (c)	357.375	(215.570)	(116.018)	25.787
SAN (c)	6.387	(6.387)	-	-
SJT	3.086	48.586	(28.882)	22.790
SPT	-	43.347	(27.004)	16.343
LNT (b)	7.360	(4.960)	-	2.400
<b>Total</b>	<b>446.545</b>	<b>463.924</b>	<b>(682.826)</b>	<b>227.643</b>

Dividendos a receber	31/12/2020	Adição (a)	Recebimento	31/12/2021
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	354	18.397	(18.545)	206
EATE	49.976	132.461	(182.437)	-
EBTE	-	30.807	(30.807)	-
ECTE	-	7.637	(7.637)	-
ENTE	2	71.984	(71.984)	2
ERTE	-	5.048	(5.048)	-
ETEP	-	46.527	(46.527)	-
EDTE	-	12.842	(12.842)	-
TRANSLESTE	-	6.125	(6.125)	-
TRANSIRAPÉ	-	35.118	(35.118)	-
TRANSUDESTE	-	6.739	(6.739)	-
<b>Subtotal</b>	<b>50.332</b>	<b>373.685</b>	<b>(423.809)</b>	<b>208</b>
<i>Controladas</i>				
ATE III	-	46.750	(46.750)	-
BRAS	103	18.373	(16.329)	2.147
SGT	35.642	4.344	(2.565)	37.421
MAR	5.295	16.746	(10.641)	11.400
MIR	18.526	66.129	(63.494)	21.161
JAN	99.061	258.314	-	357.375
SAN	932	5.455	-	6.387
SJT	16.079	21.304	(34.297)	3.086
SPT	12.480	47.280	(59.760)	-
LNT	3.732	7.276	(3.648)	7.360
<b>Total</b>	<b>242.182</b>	<b>865.656</b>	<b>(661.293)</b>	<b>446.545</b>

(a) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 11 de maio de 2022 da controlada. (b) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 29 de abril de 2022 da controlada.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**
**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2021			Adição (a)		Pagamento		31/12/2022		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
ISA	21.874	-	21.874	170.618	60.224	(188.616)	(60.224)	3.876	-	3.876
Cemig	31.866	-	31.866	248.551	87.732	(274.771)	(87.732)	5.646	-	5.646
Não Controladores	93.293	15	93.308	727.519	256.797	(804.247)	(256.794)	16.565	18	16.583
	<b>147.033</b>	<b>15</b>	<b>147.048</b>	<b>1.146.688</b>	<b>404.753</b>	<b>(1.267.634)</b>	<b>(404.750)</b>	<b>26.087</b>	<b>18</b>	<b>26.105</b>

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2020			Adição (a)		Pagamento		31/12/2021		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
ISA	15.758	-	15.758	197.239	39.730	(191.123)	(39.730)	21.874	-	21.874
Cemig	22.956	-	22.956	287.333	57.878	(278.423)	(57.878)	31.866	-	31.866
Não Controladores	67.208	9	67.217	841.032	169.411	(814.947)	(169.405)	93.293	15	93.308
	<b>105.922</b>	<b>9</b>	<b>105.931</b>	<b>1.325.604</b>	<b>267.019</b>	<b>(1.284.493)</b>	<b>(267.013)</b>	<b>147.033</b>	<b>15</b>	<b>147.048</b>

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares e aos juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intermediários	2022	09/11/2022	CA	05/12/2022	113.400	0,10972	0,10972
Dividendos intercalares	2022	09/11/2022	CA	05/12/2022	45.159	0,04370	0,04370
Dividendos intercalares	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	308.799	0,29879	0,29879
Dividendos Adicionais propostos	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	653.282	0,63211	0,63211
					<b>1.120.640</b>		
Juros sobre capital próprio	2022	09/11/2022	CA	05/12/2022	206.819	0,20012	0,20012
Juros sobre capital próprio	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	197.934	0,19152	0,19152
					<b>404.753</b>		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	147.011	0,14225	0,14225
					<b>147.011</b>		
Dividendos intercalares	2021	01/12/2021	CA	29/12/2021	320.985	0,31058	0,31058
Dividendos intercalares	2021	13/05/2021	CA	27/05/2021	401.573	0,38856	0,38856
Dividendos Adicionais propostos	2020	29/04/2021	AGO	27/05/2021	456.035	0,44125	0,44125
					<b>1.178.593</b>		
Juros sobre capital próprio	2021	01/12/2021	CA	29/12/2021	202.015	0,19547	0,19547
Juros sobre capital próprio	2021	13/05/2021	CA	27/05/2021	65.004	0,06290	0,06290
					<b>267.019</b>		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2020	29/04/2021	AGO	27/05/2021	105.909	0,10248	0,10248
					<b>105.909</b>		

Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

III - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - Classificadas no Resultado – despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	31/12/2022		31/12/2021	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	58%	42%	57%	43%

(\*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados, cessação do cargo e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Média de membros remunerados durante o período (*)	11,17	11,33	5	5	4,92	5,08
<b>Remuneração fixa (**)</b>	<b>2.880</b>	<b>2.752</b>	<b>8.460</b>	<b>8.108</b>	<b>745</b>	<b>739</b>
Salário ou pró-labore	2.525	2.398	6.252	5.982	621	616
Benefícios diretos e indiretos	-	-	958	897	-	-
Encargos	355	354	1.250	1.229	124	123
Remuneração variável	-	-	<b>6.083</b>	<b>6.086</b>	-	-
Participação nos resultados	-	-	6.083	4.464	-	-
Indenizações	-	-	-	22	-	-
Gratificação	-	-	-	1.600	-	-
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>2.880</b>	<b>2.752</b>	<b>14.543</b>	<b>14.194</b>	<b>745</b>	<b>739</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao  
exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares  
de reais)**

(\*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. (\*\*) O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de membros efetivos	11,17	12	5	5	4,92	5
Número de membros suplentes	-	-	-	-	-	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	23	21	364	354	13	12
Menor remuneração individual no período (mensal)	18	17	203	149	9	11
Remuneração individual média no período (mensal) (*)	23	21	242	237	12	14

(\*) O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

**12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

**12.1. Empréstimos e financiamentos**

Financiador	Conces- são	Captação				Encargos financeiros anuais	31/12/2022				31/12/2021			
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimento final		Custo a apro- priar	Principal	Juros	Total	Custo a apro- priar	Principal	Juros	Total
<b>Moeda estrangeira-US\$ <sup>(1)</sup></b>														
Citibank - Contrato B (Repactuação) - mai/18	Taesa	11/05/2018	Lei 4.131/62	350.000	10/05/2023	Libor + 0,34% a.a.	-	-	-	-	-	560.832	433	561.265
Citibank - set/22	Taesa	22/09/2022	Lei 4.131/62	362.600	26/09/2025	Sofr + 0,44% a.a.	-	372.257	4.486	376.743	-	-	-	-
<b>Moeda nacional-R\$ <sup>(2)</sup></b>														
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB- subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	-	-	-	-	-	2.538	3	2.541
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB- subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.	-	-	-	-	-	53	-	53
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB- subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	-	1.904	2	1.906	-	5.711	8	5.719
BNDES FINAME	Pate-sa	14/10/2014	CCB- subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.	-	90	-	90	-	143	-	143
							<b>-</b>	<b>374.251</b>	<b>4.488</b>	<b>378.739</b>	<b>-</b>	<b>569.277</b>	<b>444</b>	<b>569.721</b>
<b>Circulante</b>										<b>6.446</b>				<b>6.896</b>
<b>Não circulante</b>											<b>372.293</b>			<b>562.825</b>

<sup>1</sup> Empréstimo mensurado ao valor justo. <sup>2</sup> Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

<b>Movimentação dos empréstimos e financiamentos</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>569.721</b>	<b>978.662</b>
(+) Nova Captação	362.600	-
(+) Juros e variação cambial	(31.879)	57.168
(-) Ajuste ao valor justo	2.617	9.049
(-) Amortização de principal	(517.157)	(456.490)
(-) Juros pagos	(7.163)	(18.668)
<b>Saldo final</b>	<b>378.739</b>	<b>569.721</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Indexador	Parcelas vencíveis por indexador						Total
	Circulante	Não circulante				Subtotal	
		2024	2025	2026	Após 2026		
Taxa fixa	1.960	36	-	-	-	36	1.996
SOFR + US\$ (Swap CDI)	4.486	-	-	372.257	-	372.257	376.743
	<b>6.446</b>	<b>36</b>	<b>-</b>	<b>372.257</b>	<b>-</b>	<b>372.293</b>	<b>378.739</b>

Liquidação e nova contratação de empréstimo com o Citibank - Em 22 de setembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o Credit Agreement, assinado em 7 de abril de 2014, e aditado em 11 de maio de 2018, 7 de abril de 2017 e em 29 de março de 2016, com o Citibank, N.A., com a taxa de juros Libor 3 meses + 0,34% a.a., vencimento em 10 de maio de 2023. Nesta mesma data, a Companhia contratou um novo Credit Agreement com vencimento em 26 de setembro de 2025, com taxa de juros Sofr + 0,44% a.a e um novo swap cambial junto ao Citibank, conforme a seguir:

Citibank - Loan 4.131	Dívida Citibank - 22/09/2022	"Swap" cambial Citibank - 22/09/2022
Montante	USD 70.000	R\$362.000 <sup>2</sup>
Vencimento	26/09/2025	26/09/2025
Custo da Dívida	(Sofr + Spread: 0,44% a.a.)	Ponta ativa Companhia: (Sofr + Spread: 0,44% a.a.) * 1,17647 <sup>1</sup> Ponta passiva Citiank: CDI + 0,65% a.a.
Juros	Semestral	Semestral
Amortização <sup>3</sup>	Bullet	Bullet

<sup>1</sup> O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

<sup>2</sup> Valores convertidos para real (R\$) com base na paridade inicial da operação R\$/US\$: 5,18.

<sup>3</sup> Regime de amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo.

Com essa liquidação e a nova contratação de empréstimo, a Companhia alongou o prazo médio da sua dívida ao mesmo tempo em que manteve o custo equivalente de 106% a.a. do CDI, com a taxa contratada de CDI + 0,65% a.a.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2022, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à dívida com Citibank, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 17.



**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

**12.2. Debêntures**

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/12/2022			31/12/2021				
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional-R\$												
Itaú BBA - 3º Emissão 3ª Série (*) – Taesa	702.000	Juros em 15/10 de cada ano e amortização em 4 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/10/2021.	IPCA + 5,10%	15/10/2012 15/10/2024	(371)	640.776	6.610	<b>647.015</b>	(581)	908.586	9.555	<b>917.560</b>
Itaú BBA/BB/Santander - 4º Emissão 1ª Série – Taesa	255.000	Juros em 15/09 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/09/2023.	IPCA + 4,41%	15/09/2017 15/09/2024	(674)	338.402	4.315	<b>342.043</b>	(1.637)	320.411	4.086	<b>322.860</b>
BB/Safra/Bradesco - 5º Emissão Série única – Taesa	525.772	Juros em 15/07 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/07/2024.	IPCA + 5,9526%	15/07/2018 15/07/2025	(3.981)	672.019	18.286	<b>686.324</b>	(6.430)	636.289	17.316	<b>647.175</b>
Santander-ABC-BB - 6º Emissão 1ª Série – Taesa	850.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2026.	108% do CDI (**)	15/05/2019 15/05/2026	(8.356)	850.000	15.047	<b>856.691</b>	(9.121)	850.000	9.078	<b>849.957</b>
Santander/ABC/BB - 6º Emissão 2ª Série – Taesa	210.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/05/2023.	IPCA + 5,50%	15/05/2019 15/05/2044	(8.355)	259.999	1.829	<b>253.473</b>	(9.121)	245.730	1.729	<b>238.338</b>
BTG/Santander/XP Investimentos - 7º Emissão Série única – Taesa	508.960	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/09/2025.	IPCA + 4,50%	15/09/2019 15/09/2044	(24.977)	627.471	93.849	<b>696.343</b>	(27.017)	594.223	59.575	<b>626.781</b>
Santander - 8º Emissão Série única – Taesa	300.000	Juros em 15/06 e 15/12 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/12/2022.	IPCA +4,7742	18/12/2019 15/12/2044	(16.325)	387.515	861	<b>372.051</b>	(17.810)	366.706	815	<b>349.711</b>
Santander - 9º Emissão Série única – Taesa	450.000	Juros em 08/04 e 08/10 de cada ano e amortização única em 08/04/2022.	CDI + 2,85%	08/04/2020 08/04/2022	-	-	-	-	(419)	450.000	10.132	<b>459.713</b>
Santander - 10º Emissão 1ª Série – Taesa	650.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2028.	CDI + 1,70%	15/05/2021 15/05/2028	(4.435)	650.000	12.064	<b>657.629</b>	(4.905)	650.000	7.788	<b>652.883</b>
Santander - 10º Emissão 2ª Série – Taesa	100.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/05/2034.	IPCA + 4,7605%	15/05/2021 15/05/2036	(4.435)	113.158	691	<b>109.414</b>	(4.905)	106.947	653	<b>102.695</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/12/2022				31/12/2021			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11º emissão 1ª Série - Taesa	150.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 2º e 3º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2024.	CDI +1,18%	15/01/2022 15/01/2025	(1.022)	150.000	9.923	<b>158.901</b>	-	-	-	-
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11º emissão 2ª Série - Taesa	650.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 3º, 4º e 5º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2025.	CDI + 1,36%	15/01/2022 15/01/2027	(1.022)	650.000	43.566	<b>692.544</b>	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 1ª Série - Taesa	630.783	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização em 15/04/2029.	IPCA + 5,60%	15/04/2022 15/01/2029	(14.947)	638.572	7.222	<b>630.847</b>	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 2ª Série - Taesa	300.410	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 8º, 9º e 10º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,75%	15/04/2022 15/01/2032	(14.947)	304.119	3.529	<b>292.701</b>	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 3ª Série - Taesa	318.807	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,85%	15/04/2022 15/01/2037	(14.947)	322.743	3.809	<b>311.605</b>	-	-	-	-
<b>Circulante</b>					<b>(118.794)</b>	<b>6.604.774</b>	<b>221.601</b>	<b>6.707.581</b>	<b>(81.946)</b>	<b>5.128.892</b>	<b>120.727</b>	<b>5.167.673</b>
<b>Não circulante</b>								<b>607.452</b>				<b>806.472</b>
								<b>6.100.129</b>				<b>4.361.201</b>

(\*) Instrumentos negociados no mercado secundário, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações e estão apresentados na nota explicativa nº 18.

(\*\*) A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures. Os derivativos contratados foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

<b>Movimentação das debêntures</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Saldo inicial	<b>5.167.673</b>	<b>4.330.430</b>
(+) Novas emissões	2.050.000	750.000
(+) Juros e variação monetária incorridos	729.130	595.345
(-) Pagamento de principal	(767.011)	(295.354)
(-) Pagamento de juros	(435.363)	(213.270)
(-) Custo de transação (Novas emissões)	(50.504)	(10.461)
(+) Amortização do custo de emissão	13.656	10.983
Saldo final	<b>6.707.581</b>	<b>5.167.673</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2024	2025	2026	Após 2026	Subtotal	
CDI	80.597	75.000	291.666	1.066.666	466.668	1.900.000	1.980.597
IPCA	539.010	921.717	344.946	17.212	3.022.891	4.306.766	4.845.776
(-) Custos de emissão a amortizar	(12.155)	(10.450)	(14.739)	(9.946)	(71.502)	(106.637)	(118.792)
	<b>607.452</b>	<b>986.267</b>	<b>621.873</b>	<b>1.073.932</b>	<b>3.418.057</b>	<b>6.100.129</b>	<b>6.707.581</b>

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. Possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

A 2ª Série das 6ª e 8ª emissões de debêntures, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2022 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 17.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais e administrativos provisionados apresentados em 31 de dezembro de 2022 possuem depósitos judiciais no valor atualizado de R\$10.994 (R\$46.515 em 31 de dezembro de 2021). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e fiscais envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB.

Mutação das provisões	31/12/2021	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Servidões (b)	31/12/2022
Trabalhistas	2.227	7.535	(1)	730	(752)	-	9.739
Tributários	13.957	743	(60)	2.393	-	-	17.033
Cíveis	11.675	2.886	(133)	373	(6.315)	3	8.489
Outras	1.484	-	(1.484)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29.343</b>	<b>11.164</b>	<b>(1.678)</b>	<b>3.496</b>	<b>(7.067)</b>	<b>3</b>	<b>35.261</b>

Mutação das provisões	31/12/2020	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Servidões (b)	31/12/2021
Trabalhistas	5.699	736	(711)	71	(3.568)	-	2.227
Tributários	11.475	39	-	2.975	(532)	-	13.957
Cíveis	11.569	3.202	(3.433)	3.516	(3.218)	39	11.675
Outras	1.484	-	-	-	-	-	1.484
<b>Total</b>	<b>30.227</b>	<b>3.977</b>	<b>(4.144)</b>	<b>6.562</b>	<b>(7.318)</b>	<b>39</b>	<b>29.343</b>

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas. (b) Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a faixa de servidão (zona de exclusão para passagem de redes de transmissão).

#### Passivos contingentes

	31/12/2022				31/12/2021			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
<b>Taesa</b>	<b>10.540</b>	<b>1.113.784</b>	<b>198.814</b>	<b>1.323.138</b>	<b>6.868</b>	<b>894.432</b>	<b>26.222</b>	<b>927.522</b>

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de execuções fiscais e manifestações de inconformidade, e a riscos cíveis por meio de ações anulatórias e procedimentos de arbitragem. São elas:

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R\$41.624 em 31 de dezembro de 2022 (R\$58.618 em 31 de dezembro de 2021).

Taesa-NVT - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$6.867 em 31 de dezembro de 2022 (R\$6.888 em 31 de dezembro de 2021).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R\$113.506 em 31 de dezembro de 2022 (R\$107.151 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda o julgamento do Recurso Voluntário interposto contra a decisão desfavorável proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto.

Taesa-NTE - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$7.696 em 31 de dezembro de 2022 (R\$13.367 em 31 de dezembro de 2021).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$8.514 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.332 em 31 de dezembro de 2021), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R\$7.735 em 31 de dezembro de 2022 (R\$9.033 em 31 de dezembro de 2021), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATEII - Manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$3.208 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.132 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$11.071 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Outros assuntos relevantes:

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNÁ por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R\$165.477 em 31 de dezembro de 2022 (R\$153.006 em 31 de dezembro de 2021) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R\$102.999 em 31 de dezembro de 2022 (R\$93.820 em 31 de dezembro de 2021) para o ano calendário de 2016 e R\$ 151.981 para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguardava julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$200.592 em 31 de dezembro de 2022 (R\$185.614 em 31 de dezembro de 2021), decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00012, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguardava julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$163.832 em 31 de dezembro de 2022 (R\$150.887 em 31 de dezembro de 2021), decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00078-7, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguardava julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") registrados sobre os nºs 71/2017/SEC6 e 72/2017/SEC6, realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º 13/2015. Em 31 de dezembro de 2022 os valores das causas indicados são, respectivamente, R\$131.000 e R\$45.000. Recentemente, foi proferida Sentença parcial no procedimento n.º 71/2017/SEC6 reconhecendo a competência do Juízo arbitral, o que foi objeto da competente Ação Anulatória. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguardava julgamento da Ação Anulatória.

#### **14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, substituída pela Resolução CVM nº 137/22, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 31 de dezembro de 2022 e 2021								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG (*)	218.370.005	37	5.646.184	1	224.016.189	22	215.546.907	58
ISA	153.775.790	26	-	-	153.775.790	15	153.775.790	42
Free Float	218.568.274	37	437.136.468	99	655.704.742	63	-	-
	<b>590.714.069</b>	<b>100</b>	<b>442.782.652</b>	<b>100</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100</b>	<b>369.322.697</b>	<b>100</b>

(\*) Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações; 1 ordinária (TAEE3) e 2 preferenciais (TAEE4).

b) Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE no montante de R\$15.746 em 31 de dezembro de 2021. O benefício fiscal foi nulo no exercício 2022, pois a Companhia apurou prejuízo fiscal no exercício de 2022. Adicionalmente, a Companhia apurou uma reversão no valor de R\$3.177 referente ao exercício anterior. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

d) Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, substituída pela Resolução CVM nº 78/2022, em dezembro de 2009, foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$343.472 (R\$323.118 até 31 de dezembro 2021).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

e) Reserva especial - Com base no artigo 197º, da nº Lei 6.404/76, foi constituída pela parcela do lucro líquido advinda das margens de construção dos projetos em andamento, uma vez que tais receitas se converterão em caixa após a operacionalização dos projetos e ao longo do prazo de concessão.

f) Outros resultados abrangentes - As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R\$18.261 (R\$12.053, líquido de impostos) e em 31 de dezembro de 2021, reconheceu um ganho no montante de R\$57.214 (R\$37.761, líquido de impostos).

g) Remuneração dos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

<b>Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021 (*)</b>
Lucro líquido do exercício	1.449.215	2.213.714
Reserva de incentivo fiscal	3.177	(15.746)
Lucro líquido do exercício ajustado	1.452.392	2.197.968
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,70266 por ação ordinária e preferencial em 2022 e R\$1,06336 por ação ordinária e preferencial em 2021 - em R\$)	726.196	1.098.984
Dividendos intercalares pagos (R\$0,34249 por ação ordinária e preferencial em 2022 e R\$0,69914 por ação ordinária e preferencial em 2021 - em R\$)	(353.959)	(722.558)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,39163 por ação ordinária e preferencial em 2022 e R\$0,25836 por ação ordinária e preferencial em 2021 - em R\$)	(404.753)	(267.019)
	(758.712)	(989.577)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	58.564	37.604
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(700.148)	(951.973)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,02520 por ação ordinária e preferencial em 2022 e R\$0,14225 por ação ordinária e preferencial em 2021)	(26.048)	(147.011)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,44509 por ação ordinária e preferencial em 2022 e R\$0,63211 por ação ordinária e preferencial em 2021 - em R\$)	(460.000)	(653.282)
Reserva especial	(207.632)	(408.098)
Resumo das destinações:		
Reservas	(204.455)	(423.844)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$1,20442 por ação ordinária e preferencial em 2022 e R\$1,73186 por ação ordinária e preferencial em 2021 - em R\$)	(1.244.760)	(1.789.870)
	<b>(1.449.215)</b>	<b>(2.213.714)</b>

(\*) Ratificada pela AGO de 28 de abril de 2022.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

**15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2022	2021
IR e CSLL correntes	(12.401)	(6.202)
IR e CSLL diferidos	39.760	(53.695)
	<b>27.359</b>	<b>(59.897)</b>

	2022	2021
Resultado antes dos impostos e contribuições	1.020.963	577.131
Despesa de IR e CSLL calculada à alíquota de 34%	(347.127)	(196.224)
Equivalência patrimonial	177.464	88.996
Incentivo fiscal - IR - SUDAM/SUDENE	14.338	15.746
Incentivo fiscal - IR - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	-	1.100
Juros sobre capital próprio pagos e recebidos	137.616	90.787
Outros	45.068	(60.302)
<b>Despesa de IR e CSLL</b>	<b>27.359</b>	<b>(59.897)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-3%</b>	<b>10%</b>

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas ATE III, BRAS e JAN possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade intivada	Prazo
TSN	SUDENE	274/2022	BA	31/12/2031
NVT	SUDAM	207/2014	TO e MA	31/12/2023
GTE	SUDENE	353/2022	PB e PE	31/12/2031
MUN	SUDENE	218/2022	BA	31/12/2031
ATE II	SUDENE	251/2022	PI, MA e BA	31/12/2031
	SUDAM	(*)	TO	(*)
PAT	SUDENE	327/2022	RN	48213

(\*) Atualmente se encontra em processo de análise do projeto protocolado para renovação do laudo perante a SUDAM.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de aproximadamente 56,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

**16. COBERTURAS DE SEGUROS**

A Taesa adotou a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão dos projetos. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm seguros de seus

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

edifícios, incluindo, conteúdo, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, e equipamentos de telecomunicações, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

<b>Tipo de seguro</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Vigência</b>	<b>Limite máximo de indenização R\$</b>	<b>DM - Valor em risco (*)</b>	<b>Indenização integral</b>	<b>Prêmio</b>
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/22 a 19/09/23	10.000	-	-	45
Risco operacional	Mapfre	01/12/22 a 31/05/24	-	1.073.586	-	3.445
Seguro veículos - frota	Tokio Marine	06/03/23 a 05/03/24	-	-	100% Tabela FIPE	401
Responsabilidade civil de diretores e administradores	EZZE	19/09/22 a 18/09/23	60.000	-	-	50

(\*) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

## **17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **17.1. Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

### **17.2. Gestão do risco de capital**

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

### **17.3. Categorias de instrumentos financeiros**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	5.508	4.906
- Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	759.050	176.760
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	578	3.011
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	158.768	168.668
	<b>923.904</b>	<b>353.345</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Empréstimos e financiamentos	376.743	561.265
- Instrumentos financeiros derivativos	(1.149)	(207.267)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
- Instrumentos financeiros derivativos	46.237	33.679
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

	31/12/2022	31/12/2021
- Fornecedores	72.161	43.702
- Empréstimos e financiamentos	1.996	8.456
- Debêntures	6.707.581	5.167.673
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	3.825	13.296
	<b>7.207.394</b>	<b>5.620.804</b>

#### **17.4. Risco de mercado**

##### **17.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 4,59% (R\$376.743) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

##### **17.4.2. Gestão do risco de taxa de juros**

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis (CDI) calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações da debênture objeto do hedge. Em 31 de dezembro de 2022, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 75,11% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada.

A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 12.1 – Empréstimos e Financiamentos e nº 12.2 – Debêntures.

#### **17.5. Atividades de Hedge accounting e instrumentos financeiros derivativos**

##### Derivativos não designados como instrumentos de hedge

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

A Companhia contrata em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

	"Swap" cambial Citibank – set/22	"Swap" cambial Citibank – Repactuação – mai/18
Valor de referência (nacional) em 31/12/2022	US\$ 70.000	-
Valor de referência (nacional) em 31/12/2021	-	US\$ 98.592
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(SOFR + Spread: 0,44%) - ( <sup>1</sup> ) 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) - ( <sup>1</sup> ) 1,17647
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0,65% a.a.	106,0% CDI
Vencimento em	26/09/2025	10/05/2023
Ponta ativa em 31/12/2022	376.743	-
Ponta passiva 31/12/2022	(375.594)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2022 (2)	1.149	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2021 (2)	-	207.267
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2022	1.149	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2021	-	207.267
Valor justo em 31/12/2022	1.149	-
Valor justo em 31/12/2021	-	207.267
Ganhos (perdas) 01/01/2022 a 31/12/2022	1.149	(86.489)
Ganhos (perdas) 01/01/2021 a 31/12/2021	-	40.533

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial, decorrentes dos swaps.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

Derivativos designados como instrumentos de hedge - Hedges de fluxo de caixa

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes
						31/12/2022
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI	Swaps	50.000	IPCA + 3.94%	15/05/2026	2.171
			50.000	IPCA + 3.91%	15/05/2026	2.207
			100.000	IPCA + 4.00%	15/05/2026	4.327
			50.000	IPCA + 3.53%	15/05/2026	2.752
			50.000	IPCA + 3.66%	15/05/2026	2.471
			100.000	IPCA + 3.99%	15/05/2026	4.333
<b>Total</b>						<b>18.261</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2022
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - set/22 <sup>1</sup>	-	5.870	(7.019)	-	-	(1.149)
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 <sup>1</sup>	(207.267)	70.905	15.584	-	120.778	-
Contrato de SWAP (Santander) <sup>2</sup>	11.297	(13.609)	-	6.805	11.467	15.960
Contrato de SWAP (BR Partners) <sup>2</sup>	13.869	(13.286)	-	6.534	11.309	18.426
Contrato de SWAP (Itaú) <sup>2</sup>	4.482	(4.471)	-	2.170	3.789	5.970
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) <sup>2</sup>	4.031	(4.904)	-	2.752	4.002	5.881
<b>Total</b>	<b>(173.588)</b>	<b>40.505</b>	<b>8.565</b>	<b>18.261</b>	<b>151.345</b>	<b>45.088</b>

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2021
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 <sup>1</sup>	(157.169)	(31.484)	(9.049)	-	(9.565)	(207.267)
Contrato de SWAP (Santander) <sup>2</sup>	15.460	16.936	-	(20.518)	(581)	11.297
Contrato de SWAP (BR Partners) <sup>2</sup>	18.155	17.481	-	(20.917)	(850)	13.869
Contrato de SWAP (Itaú) <sup>2</sup>	5.946	5.785	-	(6.983)	(266)	4.482
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) <sup>2</sup>	7.500	5.409	-	(8.796)	(82)	4.031
<b>Total</b>	<b>(110.108)</b>	<b>14.127</b>	<b>(9.049)</b>	<b>(57.214)</b>	<b>(11.344)</b>	<b>(173.588)</b>

1 Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo. <sup>2</sup> Instrumento financeiro mensurado ao valor justo e debênture ao custo amortizado.

## 17.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2022 anualizado
CDI (i)	12,75%	15,94%	19,13%	12,39%
IPCA (i)	5,90%	7,38%	8,85%	5,78%
Sofr (ii)	4,55%	5,69%	6,86%	4,31%
PTAX	5,25000	6,56250	7,87500	5,21770

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 03 de março de 2023. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 03 de março de 2023.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2022	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2022 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<b>Sem proteção</b>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	764.558	2.752	27.123	51.493
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	1.980.597	(7.111)	(70.242)	(133.374)
- IPCA	4.845.776	(5.582)	(77.058)	(148.533)
		<b>(9.941)</b>	<b>(120.177)</b>	<b>(230.414)</b>
<b>Com proteção</b>				
<u>Passivos financeiros (dívida protegida)</u>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Sofr	376.743	(904)	(5.190)	(9.475)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2022	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2022 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
- Dólar	376.743	(2.332)	(97.101)	(191.870)
<b>Derivativos</b>				
Ponta ativa - Sofr	(376.743)	904	5.190	9.475
Ponta ativa - Dólar	(376.743)	2.332	97.101	191.870
Ponta passiva - CDI	375.594	(1.348)	(13.320)	(25.293)
<b>Efeito líquido</b>		<b>(1.348)</b>	<b>(13.320)</b>	<b>(25.293)</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Debêntures</b>				
- CDI	407.080	(1.461)	(14.437)	(27.413)
- IPCA	453.317	(522)	(7.209)	(13.895)
<b>Derivativos</b>				
Ponta ativa - CDI	(407.080)	1.461	14.437	27.413
Ponta passiva - IPCA	(453.317)	522	7.209	13.895
<b>Efeito líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 17.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

### 17.8. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pós-fixada	71.119	1.422	959.401	4.181.633	13.859.661	19.073.236
Prefixada	327	651	999	37	-	2.014
Instrumentos financeiros derivativos	-	25.048	82.737	1.178.451	-	1.286.236
	<b>71.446</b>	<b>27.121</b>	<b>1.043.137</b>	<b>5.360.121</b>	<b>13.859.661</b>	<b>20.361.486</b>

### **17.9. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expandir os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia poderá depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**17.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**17.10.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
Títulos e valores mobiliários	5	5.508	4.906	Nível 2
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	4	759.050	176.760	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		<b>764.558</b>	<b>181.666</b>	
Empréstimos e financiamentos	12	376.743	561.265	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos		(1.149)	(207.267)	Nível 2
<b>Passivos financeiros</b>		<b>375.594</b>	<b>353.998</b>	

**17.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)**

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Debêntures - Passivos financeiros</b>	<b>12</b>	<b>6.707.581</b>	<b>6.676.647</b>	<b>5.167.673</b>	<b>5.002.135</b>	<b>Nível 2</b>

**Debêntures:** A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

## 18. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.048.322	517.234
Lucro líquido do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	599.188	295.635
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714
Lucro líquido do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	449.134	221.599
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	442.783
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	1,01434	0,50047
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	1,01434	0,50047

(\*) Quantidade em lotes de 1.000 ações.

(\*\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

## 19. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2022	2021
Disponibilização do sistema de transmissão	1.808.797	1.563.091
Parcela variável (a)	(58.524)	(16.699)
Outras receitas	8.916	12.757
<b>Receita bruta</b>	<b>1.759.189</b>	<b>1.559.149</b>
PIS e COFINS Correntes	(87.519)	(80.650)
ISS	(446)	(638)
ICMS	(35)	(76)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE (b)	(73.699)	(58.910)
<b>Tributos e encargos</b>	<b>(161.699)</b>	<b>(140.274)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.597.490</b>	<b>1.418.875</b>

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

## 20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
- Remuneração direta	(79.175)	(88.251)
- Benefícios	(53.240)	(43.004)
- FGTS e INSS	(37.598)	(31.859)
<b>Pessoal</b>	<b>(170.013)</b>	<b>(163.114)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

	2022	2021
Materiais	(5.541)	(3.543)
Serviços de terceiros	(67.388)	(67.599)
Depreciação e amortização	(181.904)	(180.773)
Outros custos operacionais	(28.725)	(28.214)
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(453.571)</b>	<b>(443.243)</b>

## 21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	130.627	23.645
<b>Receitas financeiras</b>	<b>130.627</b>	<b>23.645</b>
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(11.209)	(13.088)
- Variação cambial	43.088	(44.080)
- Ajuste ao valor justo	(2.617)	(9.049)
	<b>29.262</b>	<b>(66.217)</b>
Debêntures		
- Juros incorridos	(549.892)	(284.892)
- Variações monetárias	(192.894)	(321.436)
	<b>(742.786)</b>	<b>(606.328)</b>
Instrumentos financeiros derivativos		
- Juros incorridos	2.584	(58.207)
- Variação cambial	(43.088)	44.080
- Ajuste ao valor justo	(8.566)	9.049
	<b>(49.070)</b>	<b>(5.078)</b>
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	<b>(762.594)</b>	<b>(677.623)</b>
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(12.943)	(6.277)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(775.537)</b>	<b>(683.900)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>(644.910)</b>	<b>(660.255)</b>

## 22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas ATE III, MIR, JAN, BRAS, SAN, SJT, SPT, LNT e ANT passaram a ser patrocinadoras. As aprovações na PREVIC foram publicadas em Diário Oficial nos dias 27 de março de 2012 (Taesa, ATE III, MIR, JAN), 02 de agosto de 2021 (BRAS, SAN, SJT, SPT e LNT) e 30 de agosto de 2022 (ANT). Em 31 de dezembro de 2022, 71,16% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas participavam do Plano Taesaprev (72,68% em 31 de dezembro de 2021).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11.

## 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, MUN, GTE, PAT, NVT, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ECTE, STC, LUMITRANS, EBTE, ESTE, ETSE, EDTE, ENTE - O&M total / ETAU, Aimorés, ATE III, BRAS, JAN, LNT, MIR, SJT, SPT, SAN e Paraguaçu - manutenção / ETEP -

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Operação e manutenção	Concessões
	somente a manutenção da linha de transmissão, ERTE - manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão / EATE - manutenção das LT's e da SE de Açailândia.
Realizada pela Taesa	ETAU, Aimorés, ATE III, BRAS, JAN, LNT, MIR, SJT, SPT, SAN e Paraguauçu - operação, gestão da manutenção, manutenção emergencial e manutenção especial.
Realizada pela Eletronorte	EATE - operação de toda a concessão e manutenção das SE's, exceto SE de Açailândia), ETEP (manutenção das subestações de Tucuçu e Vila do Conde e operação de toda concessão) e ERTE - manutenção de Vila do Conde e Santa Maria.
Realizada pela CGT Eletrosul	SAN (SE Cerro Chato, SE Livramento 2 e LT)
Realizada pela CEMIG GT	ESDE, SGT, MAR, Transleste, Transirapé e Transudeste (SE Juiz de Fora 1 e LT).
Realizada por Furnas	Transudeste (SE Itutinga).
Realizada pela ISA Cteep	Ivaí

**Aspectos ambientais**

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (NVT)	Samambaia/DF – Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
Taesa (MUN)	Camaçari II – Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA	(b)
Taesa (GTE)	Goianinha - Mussurú SE Norfil	339/2003 742/2019	26/06/2015 01/04/2019	26/06/2025 30/03/2024	IBAMA	- -
Taesa (PAT)	Paraíso-Açu	130625/TEC/RLO-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA	(d)
Taesa (ETEO)	Taquaraçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande Xingó – Angelim	349/2003 350/2003	23/12/2015 23/12/2015	23/12/2025 23/12/2025	IBAMA	- -
Taesa (ATE)	Londrina – Araraquara	492/2005	29/02/2012	01/03/2022	IBAMA	(a)
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM	-
Taesa (ATE II)	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	-

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;

(c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;

(d) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062 referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu;

Licenças expedidas às controladas, controladas em conjunto e coligadas em construção						
Empresa	Trecho	Licença de Instalação nº	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	095/2020		06/05/2022	11/11/2025	FEPAM
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	-	2187/2022	12/07/2022	12/01/2027	FEPAM (a)
	SE Maçambará 3	-	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM
	SE Livramento 3	-	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Licenças expedidas às controladas, controladas em conjunto e coligadas em construção						
Empresa	Trecho	Licença de Instalação nº	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
Ivaí	LT 230kV Sarandi – Paranavaí Norte CD	-	36938/2022	27/05/2022	27/05/2027	IAT
	SE 230/138kV - Paranavaí Norte	-	36845/2021	01/12/2021	01/12/2026	IAT
	SE Sarandi 230kV/525kV	-	36805/21	04/10/2021	04/10/2026	IAT
	SE Londrina 525kV	-	36844/2021	01/12/2021	01/12/2026	IAT
	SE Guaira 525kV/230kV	-	36822/2021	28/10/2021	28/10/2026	IAT
	SE Foz do Iguacu 525kV	-	23636/2021	27/10/2021	27/10/2026	IAT
	LT 525kV Guaira – Sarandi – CD	-	37003/2022	04/10/2022	04/10/2027	IAT
	LT 525kV Foz do Iguacu – Guaira	-	36975/2022	12/08/2022	12/08/2027	IAT
	LT 525kV Sarandi – Londrina	-	36953/2022	29/06/2022	29/06/2027	IAT

(a) Retificação do número da licença feita pelo órgão;

Empreendimento Ananaí – Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia arrematou o Lote 01 do Leilão 002/2021, de 363 Km de linhas de transmissão de 500 kV, nos estados de São Paulo e Paraná. O novo empreendimento chamado Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“ANT”), terá RAP de R\$145.139, CAPEX ANEEL de R\$1.750.054, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ocorrida em 31 março de 2022. Foram protocoladas as solicitações de licenciamentos ambientais prévias junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em 19 de julho de 2022 e ao Instituto Água e Terra do Paraná, em 19 de outubro de 2022.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MAR – Em 2 de fevereiro de 2022, a Controlada Mariana assinou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2014 firmado com a União, prorrogando em 883 (oitocentos e oitenta e três) dias o prazo da concessão de 30 (trinta) anos, ou seja, com término em 2 de outubro de 2046, gerando um ganho de R\$7.884, líquido de impostos, no resultado do exercício.

O aditivo é resultado do deferimento do pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso na entrada em operação comercial do empreendimento (Processo nº 48500.000670/2021-54). A Diretoria Colegiada da ANEEL, ao reconhecer que o órgão ambiental excedeu o prazo para emissão das licenças cabíveis, determinou a recomposição dos prejuízos suportados por Mariana por meio da prorrogação proporcional do prazo do seu contrato de concessão.

Termo de liberação de receita da ESTE – Em 18 de fevereiro de 2022, a coligada ESTE obteve do ONS, o Termo de Liberação de Receita (“TLR”), o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional (“SIN”) conforme o prazo regulatório estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$67,6 milhões para o ciclo 2022-2023.

Empreendimento Sant’ana – Em 1º de abril de 2022, o ONS emitiu, os Termos de Liberação para parte do empreendimento que corresponde às linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, retroativos à data de 28 de março de 2022. Em 7 de dezembro de 2022, o ONS emitiu os Termos de Liberação que corresponde às linhas de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 (C1) e SE 230kV Maçambará 3, retroativos à data de 30 de novembro de 2022. O prazo ANEEL para energização total do projeto é março de 2023.

Empreendimento Aimorés – Em 06 de maio de 2022, a concessão Aimorés recebeu do ONS o Termo de Liberação Definitivo e entrou em operação comercial, passando a adicionar R\$47.812 de RAP para a Companhia, de acordo com o ciclo RAP 2022-2023.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Empreendimento Pitiguari – Em 30 de junho de 2022, a Companhia arrematou o Lote 10 do Leilão de Transmissão nº 001/2022-ANEEL, composto por 92,7 Km de linhas de transmissão de 230 kV, no estado de Santa Catarina. O novo empreendimento chamado Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG"), terá RAP de R\$18.787, CAPEX ANEEL de R\$243.153. O prazo de concessão é de 30 anos e o prazo para construção ANEEL é de 54 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, realizada em 30 de setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o projeto ainda estava na fase de finalização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em 19 de janeiro de 2023 foi protocolado junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC) o pedido de Licença Ambiental Prévia.

Empreendimento Paraguaçu – Em 27 de julho de 2022, a concessão Paraguaçu recebeu do ONS o Termo de Liberação Definitivo e entrou em operação comercial, passando a adicionar R\$71.361 de RAP para a Companhia, de acordo com o ciclo RAP 2022-2023.

Empreendimento Ivaí (operacionalização parcial) – Em 9 de novembro de 2022, o ONS emitiu os Termos de Liberação do corredor de 525kV dos trechos LT Foz do Iguazu-Guaíra, LT Guaíra-Sarandi e LT Sarandi-Londrina, com extensão de aproximadamente 511 km em circuito duplo, todos com a data retroativa à data de 1º de novembro de 2022. Em dezembro de 2022, a Ivaí possuía o Termos de Liberação Parcial do corredor de 525kV e 525/230kV, que dá direito a aproximadamente 90% da RAP do empreendimento.

Empreendimento Tangará – Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, composto por 279 Km de linhas de transmissão de 230 e 500 kV, nos estados do Maranhão e Pará. O novo empreendimento chamado Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG"), terá RAP de R\$91.380, CAPEX ANEEL de R\$1.117.077, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão prevista para 30 de março de 2023.

Empreendimento Saíra – Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 5 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, que consiste em dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão existentes e revitalização dos sistemas de controle e de teleproteção das conversoras Garabi I e Garabi II, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O novo empreendimento, chamado Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SIT"), terá RAP de R\$ 152.232, CAPEX ANEEL de R\$1.175.720, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão prevista para 30 de março de 2023.

Alteração na diretoria – Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023. O Diretor Presidente, Sr. André Augusto Telles Moreira, passou a cumular interinamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores e o Sr. Leonardo Bonorino, atual Gerente Executivo de Planejamento e Controle da Taesa, cumulou interinamente o cargo de Diretor Financeiro, conforme eleição aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2022.

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e, também, a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre orientações de saúde e higiene;
- Retorno às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação anual contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha "Eu cuido de você e você cuida de mim");
- Incentivo à imunização completa: 99,2% dos colaboradores com o esquema primário completo, 98,1% com a primeira dose de reforço e 59,1% com a segunda dose de reforço entre os colaboradores a partir de 40 anos.
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

**Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção**

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,95% em 2022);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; algumas já concluídas;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$3,0 bilhões investidos entre 2020 e 2022.

**Preservação da saúde financeira da Companhia**

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da pandemia no setor elétrico.

## **24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**Termo de Liberação Definitivo ("TLD") da ESTE:** Em 13 de março de 2023, a Coligada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. obteve do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") autorizando o início da operação comercial definitiva das instalações de transmissão a partir de 3 de março de 2023. A Companhia ressalta que, conforme comunicado ao mercado publicado em 21 de fevereiro de 2022, a ESTE já havia obtido do ONS o Termo de Liberação de Receita ("TLR"), o qual autorizou o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

**13ª emissão de Debêntures** - Em 17 de fevereiro de 2023, a Companhia emitiu 1.000.000 (um milhão) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, em série única, no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), com prazo de dois anos, juros semestrais e amortização no final. Os recursos serão utilizados

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

para reforço de caixa e gestão ordinária dos negócios da Companhia. Em 08 de março, houve a liquidação das debêntures.

Redução do capital social da controlada ATE III - Em 07 de fevereiro de 2023, a AGE da controlada ATE III deliberou sobre a redução do capital social em R\$103.269, passando o capital social de R\$303.500 para R\$200.231, conforme autorizado pela ANEEL, nos termos do Despacho nº 284 de 1º de fevereiro de 2023.

Pagamento de dividendos intercalares – Em 23 de janeiro de 2023, a Companhia pagou o montante de R\$460.000 referentes a dividendos intercalares de 2022.

Pagamento de juros das 1ª e 2ª séries da 11ª emissão de debêntures – Em 16 de janeiro de 2023, a Companhia pagou aos debenturistas o montante de R\$58.761, sendo R\$10.900 da 1ª série e R\$47.861 da 2ª série.

Pagamento de juros da 1ª, 2ª e 3ª séries da 12ª emissão de debêntures – Em 17 de abril de 2023, a Companhia pagou juros aos debenturistas no montante de R\$36.166, sendo R\$17.935 da 1ª série, R\$8.767 da 2ª série e R\$9.464 da 3ª série.

Aumento de capital em controladas:

Investida	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
ANT	05/01/2023	02/01/2023	AGE	29.000
PTG	05/01/2023	02/01/2023	AGE	6.000
SIT	11/01/2023	06/01/2023	AGE	5.000
TNG	11/01/2023	06/01/2023	AGE	6.000
SAN	06/02/2023	30/01/2023	AGE	23.000
ANT	15/03/2023	23/02/2023	AGE	47.000
PTG	07/04/2023	28/03/2023	AGE	9.000
SAN	07/04/2023	28/03/2023	AGE	36.000

## **25. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Balço Patrimonial	Nota Explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa equivalentes de caixa		759.628	-	759.628	179.771	-	179.771
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		131.587	-	131.587	148.628	-	148.628
Ativo contratual de concessão	(i)	-	828.059	828.059	-	804.492	804.492
Impostos e contribuições sociais		224.266	-	224.266	144.943	-	144.943
Dividendos e JCP a receber		227.643	-	227.643	446.545	-	446.545
Estoques		8.169	-	8.169	7.286	-	7.286
Outras contas a receber		33.089	-	33.089	32.285	-	32.285
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.384.382</b>	<b>828.059</b>	<b>2.212.441</b>	<b>959.458</b>	<b>804.492</b>	<b>1.763.950</b>
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		5.508	-	5.508	4.906	-	4.906
Depósitos judiciais		41.405	-	41.405	45.660	-	45.660
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		27.181	-	27.181	20.040	-	20.040
Ativo contratual de concessão	(i)	-	4.521.653	4.521.653	-	4.571.927	4.571.927
Instrumentos financeiros derivativos		1.149	-	1.149	207.267	-	207.267
Outras contas a receber		24.754	-	24.754	24.224	-	24.224
Investimentos	(iv)	4.083.772	3.764.433	7.848.205	3.647.541	3.361.680	7.009.221
Direito de uso	(vi)	-	4.184	4.184	-	11.578	11.578
Imobilizado	(v)	3.114.420	(2.916.898)	197.522	3.100.405	(3.027.780)	72.625
Intangível	(v)	225.848	(88.928)	136.920	189.568	(90.786)	98.782
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>7.524.037</b>	<b>5.284.444</b>	<b>12.808.481</b>	<b>7.239.611</b>	<b>4.826.619</b>	<b>12.066.230</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>8.908.419</b>	<b>6.112.503</b>	<b>15.020.922</b>	<b>8.199.069</b>	<b>5.631.111</b>	<b>13.830.180</b>



**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivos</b>							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		72.161	-	72.161	43.702	-	43.702
Empréstimos e financiamentos		6.446	-	6.446	6.896	-	6.896
Debêntures		607.452	-	607.452	806.472	-	806.472
Passivo de arrendamento	(vi)	-	2.472	2.472	-	7.697	7.697
Taxas regulamentares		52.800	-	52.800	44.208	-	44.208
Impostos e contribuições sociais		18.027	-	18.027	37.646	-	37.646
Dividendos e juros sobre o capital próprio		26.105	-	26.105	147.048	-	147.048
Outras contas a pagar		70.741	-	70.741	56.617	-	56.617
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>853.732</b>	<b>2.472</b>	<b>856.204</b>	<b>1.142.589</b>	<b>7.697</b>	<b>1.150.286</b>
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		372.293	-	372.293	562.825	-	562.825
Debêntures		6.100.129	-	6.100.129	4.361.201	-	4.361.201
Instrumentos financeiros derivativos		46.237	-	46.237	33.679	-	33.679
Passivo de arrendamento	(vi)	-	3.014	3.014	-	7.035	7.035
Provisão para contingências		35.261	-	35.261	29.343	-	29.343
Provisão para desmobilização de ativos		-	33	33	-	457	457
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	54.839	714.183	769.022	100.808	606.338	707.146
Tributos diferidos	(iii)	-	260.866	260.866	-	269.260	269.260
Obrigações especiais		20.236	(20.236)	-	10.954	(10.954)	-
Outras contas a pagar		7.387	-	7.387	24.192	-	24.192
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>6.636.382</b>	<b>957.860</b>	<b>7.594.242</b>	<b>5.123.002</b>	<b>872.136</b>	<b>5.995.138</b>
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		3.042.035	-	3.042.035	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital		594.507	4.229	598.736	594.507	4.229	598.736
Reserva de lucros		2.459.295	-	2.459.295	2.368.240	-	2.368.240
Dividendos adicionais propostos		460.000	-	460.000	653.282	-	653.282
Ajuste de avaliação patrimonial		10.410	-	10.410	22.463	-	22.463
Lucros e (prejuízos) acumulados		(5.147.942)	5.147.942	-	(4.747.049)	4.747.049	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	(vii)	<b>1.418.305</b>	<b>5.152.171</b>	<b>6.570.476</b>	<b>1.933.478</b>	<b>4.751.278</b>	<b>6.684.756</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>8.908.419</b>	<b>6.112.503</b>	<b>15.020.922</b>	<b>8.199.069</b>	<b>5.631.111</b>	<b>13.830.180</b>

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

Nota explicativa	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão	1.808.797	(1.808.797)	-	1.563.091	(1.563.091)	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	608.415	608.415	-	567.988	567.988
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	289.581	289.581	-	770.555	770.555
Operação e manutenção	-	898.641	898.641	-	735.580	735.580
Construção e indenização	-	4.951	4.951	-	6.932	6.932
Parcela variável	(58.524)	-	(58.524)	(16.699)	-	(16.699)
Outras receitas operacionais	8.916	22.708	31.624	12.757	10.195	22.952
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.759.189</b>	<b>15.499</b>	<b>1.774.688</b>	<b>1.559.149</b>	<b>528.159</b>	<b>2.087.308</b>
PIS e COFINS - Corrente	(87.519)	-	(87.519)	(80.650)	-	(80.650)
PIS e COFINS - Diferido	-	8.394	8.394	-	(30.853)	(30.853)
ISS	(446)	-	(446)	(638)	-	(638)
ICMS	(35)	-	(35)	(76)	-	(76)
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE	(73.699)	-	(73.699)	(58.910)	-	(58.910)
Deduções da receita bruta	(161.699)	8.394	(153.305)	(140.274)	(30.853)	(171.127)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.597.490</b>	<b>23.893</b>	<b>1.621.383</b>	<b>1.418.875</b>	<b>497.306</b>	<b>1.916.181</b>
Pessoal e administradores	(58.210)	-	(58.210)	(64.040)	-	(64.040)
Material	(5.541)	(86.756)	(92.297)	(3.543)	(24.630)	(28.173)
Serviços de terceiros	(34.875)	-	(34.875)	(32.468)	-	(32.468)
Depreciação e amortização	(170.252)	161.374	(8.878)	(169.735)	162.081	(7.654)
Outros custos operacionais	(12.843)	6.104	(6.739)	(22.766)	17.203	(5.563)
<b>Custos operacionais</b>	<b>(281.721)</b>	<b>80.722</b>	<b>(200.999)</b>	<b>(292.552)</b>	<b>154.654</b>	<b>(137.898)</b>
Pessoal	(111.803)	-	(111.803)	(99.074)	-	(99.074)
Serviços de terceiros	(32.513)	-	(32.513)	(35.131)	-	(35.131)
Depreciação de amortização	(11.652)	(2.656)	(14.308)	(11.039)	(3.025)	(14.064)
Outras despesa administrativas	(15.882)	2.532	(13.350)	(5.448)	3.913	(1.535)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(171.850)</b>	<b>(124)</b>	<b>(171.974)</b>	<b>(150.692)</b>	<b>888</b>	<b>(149.804)</b>
<b>Resultado da atividade</b>	<b>1.143.919</b>	<b>104.491</b>	<b>1.248.410</b>	<b>975.631</b>	<b>652.848</b>	<b>1.628.479</b>
Resultado de equivalência patrimonial	521.954	402.754	924.708	261.755	1.209.883	1.471.638
Receitas financeiras	130.627	-	130.627	23.645	-	23.645
Despesas financeiras	(775.537)	1.492	(774.045)	(683.900)	(2.535)	(686.435)
Despesas financeiras líquidas	(644.910)	1.492	(643.418)	(660.255)	(2.535)	(662.790)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>1.020.963</b>	<b>508.737</b>	<b>1.529.700</b>	<b>577.131</b>	<b>1.860.196</b>	<b>2.437.327</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.401)	-	(12.401)	(6.202)	-	(6.202)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.760	(107.844)	(68.084)	(53.695)	(163.716)	(217.411)
Imposto de renda e contribuição social	27.359	(107.844)	(80.485)	(59.897)	(163.716)	(223.613)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>1.048.322</b>	<b>400.893</b>	<b>1.449.215</b>	<b>517.234</b>	<b>1.696.480</b>	<b>2.213.714</b>
<b>Lucro por ação</b>						
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	1,01434	-0,38790	1,40224	0,62015	1,56943	2,18958
Lucro por ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	1,01434	-0,38790	1,40224	0,62015	1,56943	2,18958

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.****CNPJ no 07.859.971/0001-30****Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**(i) Ativo de contrato de concessão**

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)****(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos**

Conforme detalhado nas notas de ajuste (i) e (vi), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06(R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

**(iii) Tributos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

**(iv) Investimento e resultado de equivalência patrimonial**

Para fins regulatórios, os saldos dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial, das empresas de transmissão que a Companhia possui participação foram ajustados para adequação ao que dita o MCSE eliminando os efeitos do CPC 47 e os respectivos impactos fiscais correspondentes. Adicionalmente, conforme explicado no item (vi) a Administração da Companhia e suas controladas decidiu não adotar no CPC 06 para fins das demonstrações contábeis regulatórias.

**(v) Imobilizado e intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível e obrigações especiais reconhecidas no passivo, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, líquido das obrigações especiais foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

**(vi) Passivo de arrendamento e direito de uso**

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 01 de janeiro de 2022, porém a administração optou por não adotar os efeitos do CPC 06(R2) por considerar que os custos para tal superam os benefícios ao leitor, isso diante da imaterialidade dos saldos de arrendamento não vinculados a concessão, conforme conciliação demonstrada no item (vii).

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**

**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

**(vii) Patrimônio líquido**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

<b>Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Patrimônio líquido societário	<b>6.570.476</b>	<b>6.684.756</b>
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(5.349.712)	(5.376.419)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	(4.184)	(11.578)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	(758.607)	(243.114)
Passivo de arrendamento e provisão para desmobilização de ativo (CPC 06 (R2))	5.519	15.189
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos (CPC 47)	714.183	606.338
Tributos diferidos – Pis Cofins (CPC 47)	260.866	269.260
Obrigações especiais (CPC 47)	(20.236)	(10.954)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>1.418.305</b>	<b>1.933.478</b>

**(viii) Receita bruta**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

**(ix) Tributos e encargos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

**(x) Custos operacionais**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos, despesas, amortização do direito de uso e a depreciação de desmobilização referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

**(xi) Despesas financeiras**

Conforme item (vi), os efeitos do CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

**(xii) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 e CPC 06 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CSLL diferidos.

**(xiii) Lucro líquido do exercício**

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

<b>Conciliação do lucro societário e regulatório</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro societário do exercício</b>	<b>1.449.215</b>	<b>2.213.714</b>
Receita bruta (CPC 47)	(15.499)	(528.159)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	(8.394)	30.853
Depreciação e amortização (CPC 47)	(158.718)	(159.055)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	86.756	24.630
Outros custos e despesas operacionais (CPC 06 (R2))	(8.636)	(21.117)
Resultado de equivalência patrimonial (CPC 47)	(402.754)	(1.209.883)
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))	(1.492)	2.535
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	107.844	163.716
<b>Lucro regulatório do exercício</b>	<b>1.048.322</b>	<b>517.234</b>

\*\*\*\*\*

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**

**CNPJ no 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

<b>Diretoria</b>	
<b>Diretores</b>	<b>Cargo</b>
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente e Relações com Investidores
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Leonardo Bonorino Gonçalves	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Titulares</b>	
Reynaldo Passanezi Filho (CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (CEMIG)	
Reinaldo Le Grazie (CEMIG)	
Jaime Leôncio Singer (CEMIG)	
Maurício Dall'Agnese (CEMIG)	
Jaime Caballero Uribe (ISA)	
César Augusto Ramírez Rojas (ISA)	
Victor Manuel Muñoz Rodriguez (ISA)	
Fernando Bunker Gentil (ISA)	
Rodrigo de Mesquita Pereira (membro independente)	
André Fernandes Berenguer (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Simone Deoud Siqueira (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Marília Carvalho de Melo (CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Ana Patrícia Alves Costa Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

**Wagner Rocha Dias**  
**Contador CRC RJ-112158/O-3**  
**CPF nº 778.993.777-49**